

OBRAS DE
MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA

RECEÇÃO
DAS FONTES
CLÁSSICAS
EM PORTUGAL

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CO-EDIÇÃO

Fundação Calouste Gulbenkian

E-mail: info@gulbenkian.pt

Imprensa da Universidade de Coimbra

E-mail: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

Simões & Linhares, Lda

ISBN

978-989-26-1747-3

eISBN

978-989-26-1748-0

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1590-5>

DEPÓSITO LEGAL

457171/19

© JUNHO 2019, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OBRAS DE
MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA

RECEÇÃO
DAS FONTES
CLÁSSICAS
EM PORTUGAL

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

1. Portugal e a herança clássica	7
2. Em volta das “palavras aladas”	23
3. O mito de Medeia na poesia portuguesa	37
4. A tradição clássica na poesia portuguesa: alguns exemplos.....	53
5. Reflexos portugueses da IV Bucólica de Virgílio.....	67
6. Gil Vicente e a cultura clássica	87
7. Reflexos horacianos nas odes de Correia Garção e Fernando Pessoa (Ricardo Reis).....	99
8. Aspectos novos do horacianismo em Correia Garção	119
9. Teoria e <i>praxis</i> no bucolismo setecentista português.....	133
10. Bocage e o legado clássico.....	151
11. A apreciação dos trágicos gregos pelos poetas e teorizadores portugueses do século XVIII	183
12. La <i>katharsis</i> d’Aristote chez les théoriciens portugais du XVIII ^e siècle.....	199
13. Alcipe e a lírica grega: o modelo de Safo	209
14. Ovídio em terra brasileira: as <i>Metamorfoses</i> de Cruz e Silva.....	223
15. Camilo, leitor dos clássicos	233
16. Reflexos da tradição greco-latina em Camilo	251
17. O legado clássico em Antero de Quental	261
18. A presença dos clássicos na obra de Carolina Michaëlis.....	275
19. Poetas gregos em Augusto Gil	283
20. “Ulysses” e a <i>Mensagem</i>	305
21. Leituras de Ricardo Reis.....	317
22. Um motivo horaciano em Álvaro de Campos	337
23. Mitos gregos em Miguel Torga	345
24. Os mitos clássicos em Miguel Torga.....	353
25. A luz da Grécia.....	365
26. Poesia de Safo em Eugénio de Andrade	371
27. Um encontro com a Grécia de Eugénio de Andrade	381
28. Evocações breves.....	391
29. Permanência clássica na poesia de David Mourão-Ferreira	395
30. <i>Prooimion</i>	413
31. Pequeno díptico em memória de José Augusto Seabra.....	417
32. Ao encontro da obra de Manuel Alegre.....	425

33. <i>Sonetos do Obscuro Quê</i> de Manuel Alegre	439
34. The Classical Heritage in Contemporary Portuguese Poetry: A Few Examples	445
35. Temas clássicos em quatro poetas portugueses contemporâneos	455
36. Motivos clássicos na poesia portuguesa contemporânea: o mito de Orfeu e Eurídice	473
37. O céu azul da Grécia na obra de Hélia Correia.....	489
38. Notas sobre a arte de traduzir: a propósito de <i>La Couronne et la Lyre</i> de Marguerite Yourcenar.....	499
39. A situação de tradutor literário	505
Índice de Autores	509
Soziale Typenbegriffe von Homer bis Aristoteles und ihr Fortleben im Portugiesischen [facsimile]	517
Helenismos no «Livro da Virtuosa Benfeitoria» [facsimile].....	561

1. PORTUGAL E A HERANÇA CLÁSSICA*

A herança greco-latina atravessa toda a cultura ocidental, embora com intensidade variável – lembre-se a *akmê* do Renascimento – e o nosso país não constitui, felizmente, excepção. Muitos estudos, sobretudo em anos recentes, têm vindo evidenciar, cada vez mais, este facto.

Manifesta-se precisamente no Renascimento, como todos sabem, a formação da consciência da parte mais preciosa desse legado: a língua. É o que a Vénus de *Os Lusíadas* proclama, em dois versos famosos, ser uma das razões da sua preferência pelos Portugueses (I.33):

Essa língua, na qual, quando imagina,
com pouco corrupção crê que é a Latina.

Noutro extremo cronológico e geográfico, estará “a última flor do Lácio, inculta e bela” do não menos célebre verso de Olavo Bilac.

Mas, voltando ao Renascimento, já António Ferreira, ao defender o seu uso na poesia, a declarava abertamente apta a continuar os modelos antigos (*Cartas*, II.10.130-132):

Docemente suspira, doce canta
a Portuguesa Musa, filha, herdeira
da Grega e da Latina, que assi espanta.

* Publicado em *As Línguas Clássicas: Investigação e Ensino*. Actas. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, 1993, 11-33. Retomado em *Portugal e a herança clássica e outros textos*. Porto: Asa, 2003, 11-27.

O mesmo poeta exortava o seu amigo Pedro de Andrade Caminha, em versos também muito citados, a trabalhar a língua portuguesa (*Cartas*, I.3.125-127):

Floreça, fale, cante, ouça-se e viva
a Portuguesa Língua, e já onde for
senhora vá de si, soberba, e altiva.

Longo caminho se percorrera para chegar a esse ponto, em que a língua literária parte para novos destinos, paradoxalmente carregada de latinismos entrados de novo ou de palavras a que a aproximação dos modelos antigos fizera retomar a sua forma erudita.

Mas tal não significa que a cultura clássica, e o seu veículo latino na metade ocidental do antigo Império Romano, estivessem durante séculos caídos no olvido. Pelo contrário, à medida que vão sendo analisados, quer os textos em latim medieval escritos desde os alvares da nacionalidade, quer o ensino ministrado nos grandes centros de cultura – designadamente os Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, de Santa Maria de Alcobaça e ainda de S. Vicente de Fora, de Lisboa – mais se confirma a relativa amplitude de uma cultura que, para essa época, se julgava quase extinta.

Efectivamente, desde a edição dos *Portugaliae Monumenta Historica*, por Alexandre Herculano, muitos outros documentos foram sendo publicados e interpretados, sobretudo por F. da Gama Caeiro, António Cruz, A. Moreira de Sá, Aires do Nascimento¹. Assim, através de catálogos de livrarias ou de listas de empréstimos de códices entre conventos, foi possível fazer ideia do conteúdo dessas bibliotecas nos séculos XII e XIII. Por exemplo, em Santa Cruz de Coimbra encontravam-se *Duo libri de Rhetorica scilicet Tullii* (seguramente o *De Inventione* e a *Rhetorica ad Herennium*, o primeiro de Cícero, o outro a ele atribuído²). Aí também fora copiado o *Vocabularium* enciclopédico de Papias, um gramático italiano (entre 1053-1063), que comportava citações de numerosos autores clássicos. O mesmo existia em S. Vicente de Fora, bem como um *Ovidius maior*, ou seja, as *Metamorfoses*³.

¹ F. da Gama Caeiro, *Santo António de Lisboa* (Lisboa 1967) I, 31-37; António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média* (Porto 1964) I, 292-293; A. Moreira de Sá, “Primórdios da Cultura Portuguesa”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa* I (1966) 5-112; Aires do Nascimento, “Livros e Claustro do Século XIII em Portugal. Inventário da Livraria de S. Vicente de Fora, em Lisboa”, *Didaskalia* 15 (1985) 229-239. Os documentos constam também do apêndice ao artigo de F. da Gama Caeiro, “Fontes portuguesas da formação cultural do Santo”, *Itinerarium* 110-111 (1981) 136-164. Veja-se ainda José Mattoso, *Portugal Medieval. Novas Interpretações* (Lisboa 1985) 225-239.

² Doc. n.º 17, p. 27, do artigo de Moreira de Sá referido na nota anterior.

³ Sobre o que se entendia na Idade Média por *Ovidius maior*, vide L. P. Wilkinson, *Ovid Surveyed* (Cambridge 1962) 186.

A presença da obra do galante poeta de Sulmona no cenóbio não surpreende, se tivermos presente que começara na Europa dos finais do século XI e começos do XII a chamada *aetas Ovidiana*, numa leitura dulcificada pela interpretação alegórica e erguida às alturas de um *Ovide moralisé* nos princípios do século XIV⁴. É nesse espírito que podemos compreender que Santo António cite nos seus Sermões passos dos *Remedia Amoris* e do *De Arte Amatoria*⁵. O mesmo Doutor da Igreja refere também a *IV Bucólica* de Virgílio – aquela que, pela sua possível interpretação messiânica, fizera do Mantuano uma espécie de profeta do Cristianismo. Supõe, de resto, Gama Caeiro que o poeta era um dos autores existentes em Santa Cruz de Coimbra, lugar onde, em seu entender, o Santo alcançara a sua grande formação intelectual, nos oito ou dez anos de permanência no mosteiro⁶. Quanto à existência de um Virgílio nessa biblioteca, julgamos tê-la comprovado, através da intertextualidade detetável na descrição da tempestade marítima da *Vita Sancti Theotonii*, onde ressoam ecos vocabulares de *Eneida* I.81-123⁷. Observe-se que o discípulo anónimo que compôs esta hagiografia viveu um ou dois decénios antes de Santo António, em tempos de D. Afonso Henriques.

Se avançarmos até aos séculos XIV-XV, os testemunhos aumentam consideravelmente, tal como sucedia em todos demais países. Exemplo disso são os códices alcobacenses com obras do *Aristoteles Latinus* (*Analytica Priora et Posteriora, Elenchi*), copiadas na segunda metade do século XIV, e a *Ética a Nicómaco, Oeconomica, Política, Topica*, na centúria seguinte, bem como Diógenes Laércio e Valério Máximo⁸.

Mas por esta altura já se nascia “em sino de Latim”, como se lê no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, onde figuram traduções de algumas *Heróides* de Ovídio ou do Pseudo-Ovídio, por João Rodrigues de Sá e João Rodrigues de Lucena⁹. A honra de ter feito a primeira versão para português de um grande escritor latino cabe, porém, ao Infante D. Pedro, que “pôs em linguagem” os três livros do *De Officiis* de Cícero¹⁰ e encarregou o Prior de S. Jorge de traduzir, do mesmo autor, o *De Amicitia*.

⁴ Sobre esta tradução parafrástica anónima, de tão grande influência, veja-se L. P. Wilkinson, *op. cit.*, 186, e ainda G. Highet, *The Classical Tradition* (Oxford, repr. 1959) 59-62.

⁵ Citados por F. da Gama Caeiro, *Santo António de Lisboa* I, 33-34, nota 59. O índice da tradução, com prefácio e notas, de *Santo António de Lisboa, Obras Completas*, por Henrique Pinto Rema (Lisboa 1970, 3 vols.) acrescenta-lhes elegias *De Ponto*. No mesmo índice, figuram muitos outros autores clássicos, como Aristóteles, Plauto, Cícero, Varrão, Horácio, Plínio, Séneca. Quanto à alusão virgiliana referida a seguir, encontra-se em III, 231.

⁶ F. da Gama Caeiro, “Fontes portuguesas da formação cultural do Santo”, *cit.*, *passim*.

⁷ Veja-se a nossa edição da *Vida de S. Teotónio* (Coimbra 1987) 1, nota 2.

⁸ *Inventário dos Códices Alcobacenses*, tomo VI (índices) ed. A. A. do Nascimento (Lisboa 1978).

⁹ Respectivamente, n.ºs 458, 459 e 460 (ed. Aida Fernanda Dias, Lisboa, vol. II, 1990) e n.ºs 565 e 566 (*idem, ibidem*, vol. III, 1993).

¹⁰ Tal como J. M. Piel, o editor desta obra, e muitos outros grandes especialistas, não vemos razão para pôr em dúvida a autoria desta tradução, afirmada, aliás, por Rui de Pina.

Foi também o 1.º Duque de Coimbra que traduziu outros autores menores e que se inspirou no *De Beneficiis* de Séneca para o essencial do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, onde aliás, não são menos numerosas as abonações de Aristóteles (e.g., da *Metafísica*, *Lógica*, *Física*, *Ética*, *De Anima*, *Política*) além de outros autores clássicos, como Platão, Cleantes, Cícero (*Rhetorica*, *De Officiis*), Salústio, Ovídio (*Pontica*), Valério Máximo. A composição desta obra, completada por Frei João Verba (que viria a ser o mesmo Prior de S. Jorge atrás citado) numa proporção difícil de definir, deverá situar-se entre 1418 e 1433¹¹.

Alguns anos posterior é o *Leal Conselheiro* de D. Duarte, que cita Platão (*A República*) e Aristóteles (*Ética*, *Política*, *Tópicos*, *Retórica*). Não podemos, no entanto, esquecer que o próprio monarca declara ter encarregado D. Afonso de Cartagena, Bispo de Burgos e Deão de Santiago, de lhe ordenar, a partir da *Ética*, um *Memorial das Virtudes*, e que muitas das citações utilizadas vieram através de Egídio Romano, *De regimine principium*, que, aliás o Infante D. Pedro verteu para vernáculo e que contém dezenas de abonações do Filósofo.

Se olharmos para o lado dos cronistas, é fácil recordar que Fernão Lopes se apoia em Cícero logo no prefácio da *Crónica de D. João I* (“e ao que parece que o sentiu Túlio”). Do aparato erudito de Zurara e da sua proveniência deu Joaquim de Carvalho, em obra que fez época, a devida conta¹².

Mesmo abstraindo, muitas vezes, do facto de estarmos em presença de conhecimento indirecto dos autores (através de colectâneas como, por exemplo, a de Valério Máximo, que existia na biblioteca de D. Duarte), os príncipes de Aviz e o grupo de estudiosos que gravita em volta deles constituem uma perfiguração do Humanismo que se aproxima.

É sobretudo a via italiana que o fará chegar. Se o Regente mandara vir, para mestres de D. João V, Mateus de Pisano e Estêvão de Nápoles, no reinado de seu neto chegará Cataldo Sículo para preceptor do filho bastardo de D. João II, e esse facto (c. 1485) marca, para A. Costa Ramalho, a introdução do Humanismo em Portugal. A longa plêiade de autores portugueses que ilustram este movimento com os seus escritos, não vamos repeti-la. Limitamo-nos a repetir alguns nomes que mais alto subiram: André de Resende, que na *Oratio pro Rostris* traçou a *magna*

¹¹ A primeira data foi encontrada por Joaquim de Carvalho, “Cultura Filosófica”, in *História de Portugal*, ed. Damião Peres, IV (1932) 518 = *Obra Completa* II (Lisboa 1982) 291. A segunda deriva do facto de a obra ser dedicada a D. Duarte ainda só como príncipe; no entanto, diversas teses têm sido propostas. A comparação entre o tratado de D. Pedro e o de Séneca foi feita por vários, em especial por Diamantino Martins, “O *De Beneficiis* de Séneca e a *Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro”, *Revista Portuguesa de Filosofia* 21 (1965) 255-321.

¹² “Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara”, *Biblos* 25 (1949) 1-160 = *Obras Completas* IV (Lisboa 1983) 185-340.

charta do Humanismo português¹³ (incluindo, pela primeira vez, o elogio do Grego além do do Latim); Diogo de Teive, autor de uma tragédia de tema nacional, em moldes clássicos, *Johannes Princeps*¹⁴, que terá sem dúvida servido de modelo ao seu discípulo António Ferreira para a *Castro*, de que falaremos adiante; o cosmopolita Damião de Góis; Jerónimo Osório, o “Cícero português”.

Este florescimento tem que ver, como é sabido, com outros factores, como a renovação do ensino operada com a remodelação dos estudos em Santa Cruz de Coimbra, em 1536, que mandava ler a Sacra Teologia e as Artes Liberais nas três línguas sagradas, sob pena de multa aos regentes que não “falarem em latim ou alguma das outras sobreditas línguas” nos lugares onde estivessem escolares; com o sistema de bolsas no estrangeiro, praticado por D. João III (aliás, já com precedentes que vinham de D. Sancho I); com a transferência definitiva da Universidade para Coimbra e a inauguração do Colégio das Artes uns anos depois; e com o convite a grandes mestres nacionais e estrangeiros para aí professarem¹⁵.

Não discutiremos aqui as diferenças entre o Humanismo português e outros, nomeadamente o italiano, já bem definidas por José V. de Pina Martins¹⁶. Tão-pouco exploraremos a parte da influência clássica, aliás vinda desde a Idade Média, nos estudos jurídicos, médicos ou filosóficos¹⁷. Não queremos, no entanto,

¹³ A. Costa Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI* (Lisboa 2^a1983) 125-151, dá também grande relevo a dois documentos anteriores: a carta de Cataldo ao Marquês de Vila Real e o prólogo à *Arte de Gramática* de Estêvão Cavaleiro. O artigo do mesmo professor, na Enciclopédia Verbo, sobre “O Humanismo Renascentista em Portugal” oferece uma síntese muito clara do que há de mais importante sobre a matéria. Muitos outros trabalhos seus se ocupam dela. Dentre eles salientamos ainda *Para a História do Humanismo em Portugal*, 4 vols. (1988-2000) e a antologia *Latim Renascentista em Portugal* (Coimbra 1985).

¹⁴ A obra foi pela primeira vez traduzida na nossa língua, com prefácio e notas, por Nair de Castro Soares, *Diogo de Teive. Tragédia do Príncipe João* (Coimbra 1977; Lisboa 2^a1999).

¹⁵ O “Regimento Escolar de Santa Cruz de Coimbra” foi publicado na revista *Biblos* 45 (1974) por J. S. da Silva Dias, autor do extenso estudo *A Política Cultural de D. João III* (Coimbra 1969), 2 vols. Sobre o Colégio das Artes, continua a ser fundamental o livro de Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes* (vol. I, Coimbra 1948; vol. II, 1.^a parte, Coimbra 1969). Tão-pouco pode esquecer-se o estudo pioneiro de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Clenardo* (Coimbra, 1917-1918; ed. refundida em 1975), 2 vols. Para o período anterior, designadamente o reinado de D. João II, veja-se o artigo de António Domingues de Sousa Costa, “Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II”, *Biblos* 63 (1987) 253-334.

¹⁶ Especialmente em “Sobre o conceito de Humanismo e alguns aspectos histórico-doutrinários da Cultura Renascentista”, *Arquivos do Centro Cultural Português* 2 (1970) 192-281, e, do mesmo autor, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal. Les deux regards de Janus* (Lisbonne-Paris 1989), 2 vols. Obra importante sobre esta matéria é ainda o volume de actas do congresso *L'Humanisme Portugais et l'Europe* (Paris 1984).

¹⁷ Sobre estes últimos, há boas sínteses recentes, como as da Enciclopédia Verbo para “Platonismo em Portugal”, por F. da Gama Caeiro, e “Aristotelismo em Portugal”, por J. Pereira Gomes; e ainda da Enciclopédia Logos, sobre o segundo destes tópicos, por F. da Gama Caeiro, A. Coxito e A. Braz Teixeira. Quanto às Ciências Médicas, pode rastrear-se o ensino de doutrinas de Hipócrates e Galeno desde documentos medievais aos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1653 e aos próprios Estatutos Pombalinos, que proscrevem o da Medicina “arábigo-peripatética”, mas não o daqueles mestres.

deixar de sublinhar o facto de um dos maiores prosadores portugueses de Quinhentos, Frei Heitor Pinto, ter composto a sua *Imagem da Vida Cristã* à maneira dos diálogos platónicos. Ele mesmo deixa entrever o modelo e talvez a via italiana do seu conhecimento, em passos do “Diálogo da Justiça” como este¹⁸:

A estas figuras traçadas no conceito chama ideias aquele insigne Platão, a quem o filósofo Panécio chama sapientíssimo Homero dos filósofos. O qual não somente na filosofia, mas ainda na eloquência eclipsou a memória dos antepassados, e ensinou os homens a fugirem da sensualidade, em tanto que lhe fizeram os gentios um epitáfio que dizia que o deus Apolo tivera dois filhos, Esculápio e Platão, Esculápio para curar os corpos, e Platão as almas, como o refere na sua vida Marsílio Ficino.

A influência dos romanos nos nossos historiadores do século XVI também tem sido notada por vários, e nomeadamente nos autores de *Décadas*, à moda de Tito Lívio, sejam elas de João de Barros ou de Diogo do Couto. Sobre este último, assinala Luís de Sousa Rebelo, na esteira de Hooykaas, o paralelismo estabelecido entre os perigos que espreitavam o império português no Oriente e as causas da queda do Império Romano¹⁹.

Também no que concerne ao saber médico o paralelismo com os antigos é constante. Mas aqui a comparação aponta para a superação do saber greco-latino pela experiência do novo. É o caso dos *Colóquios dos Simples e Drogas*, em que Garcia de Orta faz de Ruano, doutor de Alcalá e Salamanca e bom conhecedor de Dioscórides, Galeno e Plínio, o seu interlocutor renitente, como neste passo do Colóquio XX, em que lhe dá esta réplica:

Digo que se sabe mais em um dia agora pelos Portugueses do que se sabia em cem anos pelos Romanos.

Semelhante é o que ocorre entre geógrafos e astrónomos. Se, por um lado, tentam identificar-se os novos achamentos com as regiões descritas pelos antigos (veja-se a discussão sobre o Jardim das Hespérides e sobre a localização de Taprobana²⁰), por outro, o sentido de superação e do predomínio da experiência

¹⁸ Edição de M. Alves Correia (Lisboa 1940), I, 163.

¹⁹ *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa* (Lisboa 1982) 43-44.

²⁰ Tratámos desta questão em “Jardim das Hespérides”, *Nova Renascença* (1991) 99-109, especialmente pp. 106-109 [vide *Obras de Maria Helena da Rocha Pereira II: Estudos sobre a Grécia Antiga. Artigos* (Coimbra 2014) 25-35]; da segunda, em “Sobre o texto da Ode ao Conde de Redondo”, *Revista Camoniana* (São Paulo) 6 (1984-1985) 107-128 = *Novos ensaios sobre temas clássicos na poesia portuguesa* (1988 [2012]) 83-108.

as lutas, a caça – e as suas: a leitura dos clássicos, a pintura, a poesia. E a ode termina com uma estrofe que é quase uma versão literal do latim:

Se meus versos e cópias receberem
A vossa aprovação, douto Noronha,
Coroadas de louros minha frente
Chegará às estrelas.

Se compararmos esta ode com o seu original, notamos um paralelismo quase perfeito entre ambas, pelo que toca à enumeração das preferências do vulgo, com mais uma ou outra, que o nosso poeta introduziu, e que é reflexo dos costumes da época. Mas temos, de novo, a referência ao gosto pela leitura dos grandes escritores (aconselhada insistentemente por Horácio em passo célebre da *Epístola aos Pisões*) e ao seu amor pela pintura:

Ir c'ò lápis no quadro debuxando
Dos Lápitãs cruéis a antiga história
E de Medusa a frente vingadora,
Me agrada e me recreia.

Mais que as grandes riquezas do Oriente
Do grande Rafael invejo aquele
Divino engenho que os homens eterniza
Nas sublimes pinturas.

Por isso, na estrofe final, há pouco citada, se fala de

... meus versos e cópias...

numa associação das duas artes que eram caras a Correia Garção. Esta é uma das mais curiosas diferenças a assinalar, se quisermos confrontar esta ode com a XIX, consagrada ao mesmo tema horaciano:

Quantos, caro Pinheiro, noite e dia
Curvados sobre os livros

Aí, um dos gostos alheios, a contrapor à preferência do autor pela poesia, é precisamente o da pintura:

Sonha com Rafael e Ticiano,
Enquanto o astuto adelo

Na frágil tábua com o dedo mostra
A testa de Medusa.

Antes, o poeta enumerara as várias noções de glória e de felicidade professadas pelo vulgo: a magistratura¹⁰, a guerra, o comércio marítimo, o jogo, as tapeçarias. Depois, fala ainda da caça e dos banquetes, para terminar à maneira horaciana:

Eu porém nada quero, nada estimo
Mais que a dourada Lira.
Se os pastores do Ménalo sagrado,
Se os loureiros d'Arcádia
Os meus versos escutam, os meus versos
Me separam do vulgo:
Na testa cingirei livre de inveja
D'era frondente coroa;
E, com lésbico plectro ou venusino
Ferindo as áureas cordas,
Arcádia cantarei: o pátrio Tejo
Atenda ao novo canto
Com a verde cabeça goteando
Na urna recostado.
Se aqui chegar, que Radamanto pode
Negar-me o nome eterno?

Qual das duas odes teria sido a primeira? É difícil formular qualquer resposta fundamentada. A análise dos dados cronológicos dir-nos-á que a ode XIX, dedicada a Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, um dos sócios da Arcádia, segundo o Ms. de 1767 (como informa uma nota da edição de que estamos a servir-nos), e contendo, além disso, uma referência às glórias da mesma Arcádia, terá de situar-se depois de 1756. A alusão a Carlos XII, ao príncipe Eugénio de Sabóia e ao general Turenne¹¹ apenas fornece um inútil *terminus a quo*. Frederico II da Prússia dá-nos um termo mais lato, até 1786, ou, se se tratar da Guerra dos Sete Anos, 1756 a 1763.

Por sua vez, a ode XXXVIII, dedicada a João José Ansberto de Noronha, 6.º conde de S. Lourenço (1725-1804), destinatário também da sátira II, e preso, à ordem do

¹⁰ O prefaciador da edição de Roma, J. A. de Azevedo Castro, estabelece uma relação muito plausível entre esta referência às dificuldades da carreira judicial e os *incompletos estudos jurídicos* do seu autor (pp. L e LI). Nada diz, porém, da origem do tema geral da ode.

¹¹ Os *Alexandres*, *Eugénios* e *Turenas* são também mencionados na ode XVI, em contexto de sentido irónico.

Marquês de Pombal, em 1759, oferece uma amplitude cronológica ainda mais larga. Qualquer delas é certamente anterior à prisão do poeta, em 1771.

Às duas é comum a linguagem concisa e cheia de latinismos, a predileção pelas notações de cor e movimento, a que se presta a própria temática escolhida. Mais rica estilisticamente, denunciando um domínio mais perfeito da técnica, a ode XIX, com as suas expressões onomatopaicas (*Pelouros assoviam... C'o tropel dos cavalos freme a terra... ondeando sussurra*), o uso repetido de verbos de movimento no começo da frase (*rasgam negros Austros... brilha entre a rouca saraiva... estala a fraca verga*). A razão, porém, não é suficiente. Os estudiosos das literaturas clássicas ainda têm bem presente o celebrado caso do suposto arcaísmo das *Suplicantes* de Ésquilo, que um testemunho papirológico veio desmentir de maneira insofismável...

Deixamos, portanto, a pergunta apenas enunciada.

E, de qualquer modo, não podemos concordar inteiramente com o juízo formulado por Menéndez y Pelayo acerca da ode XIX (única que lhe era conhecida) ao dizer: “Esto es latín con palabras portuguesas, y ciertamente no puede irse mas allá en la reproducción de la forma lírica antigua, reproducción pura e seca, sin añadir nada nuevo, tal como Garção la comprendía.”¹²

Os efeitos estilísticos de que há pouco falámos são, precisamente, exclusivos da versão portuguesa.

A segunda das odes inéditas, a que tem o número XXXIX, é um elogio da Virtude, tema favorito do nosso autor, como do vate latino. Da coragem inalterável do homem de consciência pura falam-nos dois dos mais citados carmes horacianos: o XXII do livro I (*Integer vitæ scelerisque purus*) e o III do livro III (*lustum et tenacem propositi uirum*).

São essas duas odes que podemos considerar como fontes daquela de que nos vamos ocupar, na sua primeira parte. No entanto, aqui como noutras poesias suas, Correia Garção não segue servilmente o modelo latino.

No começo do carme I.22, Horácio diz que o varão íntegro e inocente não precisa de armas, quer atravesse as Sirtes embravecidas, o Cáucaso inóspito ou as margens do fabuloso Hidaspes. E a seguir exemplifica esta máxima com o seu próprio caso: a maneira miraculosa como escapara a um lobo na floresta da Sabina¹³. Eis como o nosso autor metamorfoseou o passo, retirando-lhe o seu conteúdo individualizante, para o enquadrar no tema geral:

Aquele que guiado da Virtude
Ao templo da suprema Eternidade

¹² *Op. cit.*, II, p. 328.

¹³ Sobre a interpretação tradicional desta ode e validade a atribuir-lhe, veja-se o admirável estudo de Ed. Fraenkel, *Horace*, Oxford, 1957, pp. 184-188. O ilustre mestre oxoniense descobre no tom geral da composição uma atitude meio séria, meio jocosa, do poeta.

Sobe, armado da rígida constância,
De indómita coragem,

Com plácido semblante abre o caminho
Por entre rudes sarças espinhosas,
Por escarpados, rígidos rochedos
Da íngreme montanha,

Não lhe fazem torcer o firme intento
Agudos uivos de roazes lobos,
Nem de torvos leões roucos rugidos,
Nem serpes sibilantes,

Nem ser o ar, ardendo em viva brasa,
Estridentes coriscos arrojando,
Nem ver a terra, até o inferno aberta,
Chamejando horrorosa.

Lá temos os *roazes lobos* em vez do simples lobo da Sabina, que fugiu ante o inerme Horácio. Em compensação, a quarta estrofe, que acabamos de ler, fala da ausência de temor durante as grandes perturbações atmosféricas, como acontece na III ode do livro III.

Nas estrofes seguintes, o fio da inspiração horaciana torna-se mais ténue, até quase desaparecer. Mas, quando, mais adiante, recomeça:

Desta têmpera o ínclito Pacheco

encontramo-nos em face de um exemplo, à maneira dos antigos.

Do mesmo modo, na ode V do livro III, Horácio apresentara um exemplo célebre entre todos: o de Régulo. O mesmo episódio de Régulo aparece na ode XXIX de Correia Garção, e sabemos que o poeta lhe consagrou uma tragédia, hoje perdida. Aqui, porém, em vez da história romana, é a própria gesta nacional que lhe fornece o paradigma da integridade inabalável do justo.

Por outro lado, na ode V, também consagrada à Virtude, o exemplo é tipicamente romano: Mário perante César e os cônsules¹⁴.

¹⁴ Já notado por Menéndez y Pelayo, *op. cit.*, II, p. 316: “La oda a la Virtud, que es de las mejores suyas, empieza con una traducción de los primeros versos del *Iustum et tenacem...* y termina con el episodio, diestramente intercalado, de aquel Mario, secuaz del emperador Galba, a quien por su constancia y firmeza perdonó Otón la vida.”

Nesta última composição estamos ainda mais próximos do *Iustum et tenacem propositi uirum*. Como em Horácio, diz-se que:

O constante varão que justo e firme
Da difícil Virtude segue os passos,
O pesado semblante do tirano
Não teme, não estranha.

A estrofe seguinte fala do seu destemor perante os suplícios, que é fácil identificar com os da Inquisição. Não falta a estrofe consagrada às tempestades nem o famoso

impavidum ferient ruinae

que se encontra vertido quase literalmente como

.....da ruína
Impávido não foge.

Na ode IV, também à Virtude, os exemplos de Régulo e Mário aparecem reunidos ao de Catão de Útica e do nosso D. João de Castro. Nesta composição, porém, formam apenas a transição entre a parte inicial, em que, depois de traçar o perfil de Prometeu agrilhado, se delineia a atitude do homem que sofreu uma penhora injusta, perante a riqueza e a abundância alheia, a sua impassibilidade ante as tempestades, a inveja e a mentira – e a parte final, caricatura impiedosa, mas flagrante, do lisonjeiro da corte, até terminar com o orgulhoso dístico:

Mas qual marpésia rocha, um peito forte
Não roga, não se abate.

Estamos agora em presença de uma ode que reflecte decerto os sentimentos que dominavam o espírito do poeta na atormentada crise financeira que lhe amargurou os últimos anos da existência, e que foi causa de não menores tormentos de ordem intelectual, pois é o próprio autor que nos confessa, em conhecido passo da sátira I, que os inimigos o apontavam

..... bradando:
Lá vai o novo Horácio autor da ode
– Varra o credor soberbo a pobre casa
C'ò desabrido alcaide.....

Nas três odes à Virtude, que acabamos de recordar sucintamente, é fácil, portanto, reconhecer a influência horaciana, embora notemos nelas a presença da experiência pessoal do poeta, o que nos leva a contestar novamente a opinião, a nosso ver, exagerada, de Menéndez y Pelayo, quando diz que elas são “siempre faltas del elemento subjetivo y personal del poeta, único que bastaría a darles color y vida”¹⁵.

No conjunto afigura-se-nos que a V é a de sabor mais nitidamente romano, apesar da referência aos suplícios contemporâneos, mas a XXXIX distingue-se pela feliz adaptação do exemplo da história portuguesa ao motivo horaciano¹⁶ e pela hábil combinação de temas de duas odes latinas.

A ode XL está longe de apresentar a unidade de tom e a perfeição estilística das duas anteriores. O autor empregou aqui um esquema métrico que não encontramos em nenhuma das outras composições até agora conhecidas: o da ode alcaica, numa das modalidades preceituadas pelos setecentistas¹⁷. Assim, o primeiro, segundo e quarto verso de cada estrofe termina sistematicamente por uma proparoxítona, curiosa habilidade de que resulta uma impressão geral de atonia, muito prejudicial à musicalidade da composição.

Falámos há pouco da falta de unidade de tom. Seria mais exacto ainda dizer artificialidade. Com efeito, o poeta, renegando uma das suas ideias favoritas, a da imortalidade conferida pela poesia, tal como a expõe na ode XI, e, ainda, que

... meus versos dominam sobre os anos

como diz na ode I, seguindo mais uma vez na esteira de Horácio¹⁸, declara aqui:

Ah! de que importa que o furor métrico
À fama entregue varões magnânimos,
Hinos entoe e cânticos?

¹⁵ *Op. cit.*, II, p. 329.

¹⁶ Há uma reminiscência camoniana no v. 1 da estrofe 4:

Nem ver a terra, até o inferno aberta,

que parece um eco do v. 3 da estrofe 80 de *Lus. VI*:

Vendo ora o mar até o Inferno aberto

O facto encontra-se assinalado no Ms. 1164 da B.U.C.

¹⁷ Sobre os esquemas possíveis para a ode alcaica em português, bem como para os demais tipos de odes, veja-se o capítulo intitulado “Odes”, pp. 101-102 do Ms. 1164 da B.U.C.

¹⁸ Cf. *Carmina* III.30 e IV.3, 8 e 9.

E continua a falar da inanidade da glória alcançada através da poesia, uma vez que a Parca cortou o fio da existência.

Seja qual for o destino da alma, não chegam lá as Musas. Lembra em seguida os dois caminhos possíveis, o Olimpo e o Báratro, numa curiosa confusão de conecções escatológicas de épocas muito diferentes. Se chamamos a atenção para o facto, apesar de sabermos bem em que medida essas crenças foram confusas e mal definidas durante toda a Antiguidade Greco-Latina, é porque nos parece que o modelo presente nesta parte da ode é o canto VI da *Eneida*, como o prova a referência ao estrondo do látego e aos brados de Flégias, eco dos que ressoam nos versos 618-620 do citado livro da epopeia latina. Até aqui, portanto, temos apenas reminiscências de Virgílio, que, como é sabido, não são as únicas. Basta lembrar a *Cantata de Dido*, o quadro da perda de Tróia, no *Teatro Novo*¹⁹, e os vários louvores do Mantuano esparsos pela *Dissertação Terceira*, e ainda a confissão da preferência por este autor, expressa na ode VI²⁰, ou a já citada ode XXXVIII²¹, e, com especial relevo, o final da epístola I:

Que o tempo todo gasto em ler Virgílio
No meu pobre, mas certo domicílio.

A lembrança dos heróis virgilianos, Eneias, Dido, Mezêncio, Turno, continua a dominar nos versos seguintes, em que se diz que nenhum desses celebrados heróis, nem Aquiles, nem Heitor, nem Alexandre Magno, mereciam que as Musas os exaltassem. Esses só sabiam destruir.

E proclama:

Cessem as Musas d'em canto harmónico
Exaltar esses nobres linfáticos
Que, quais raios, só brilham
Quando destroem, rápidos.

¹⁹ Pp. 320-321 da edição de Roma.

²⁰

Porém Virgílio, Sófocles, Homero,
O venusino Horácio,
São as ricas alfaías que me adornam
A sala majestosa,

²¹

Nada, Noronha ilustre, me convida
Mais do que ler Virgílio, Homero e Tasso,
O grande Brito, o Sousa esclarecido,
Resendes, Barros, Teives.

Do nosso Augusto já com voz trémula
 Levem os faustos, sublimes hábitos
 Desde esse Ártico pólo
 Até o pólo Antártico.

Desde esta estrofe até ao final da composição, o autor celebra os benefícios desta nova *Pax Augusta*. E, ao fazê-lo, percebemos claramente os ecos de duas odes horacianas: a XXIV do livro III e a XV do livro IV, sobretudo desta última. Aí se exaltava a abundância agrícola, a paz, a repressão da licença, o castigo dos culpados, o desenvolvimento das artes, a ausência da discórdia, da violência e da ira.

De modo semelhante, Correia Garção celebra no reinado em curso a repressão da hipocrisia, do fanatismo e da crueldade e avareza, o castigo dos crimes, o culto da justiça.

Não é este o único elogio a D. José. Lembremos apenas este passo²² da *Oração Oitava*, escrita pouco depois do atentado contra o monarca:

... mostrará que V. M. ... protegeu e que animou as artes, as musas e as ciências; que amparando os interesses de seus vassallos, fez V. M. que o nosso comércio tiranizado pela cobiça alheia e pela inércia natural quebrasse as grossas algemas que o manietavam; mostrará que foi V. M. quem resgatou tantas almas de clandestino e tirano cativo com que as oprimia a cobiça, a avareza e a hipocrisia: que V. M. nos acudiu com pronto remédio em consternação que parecia que o não podia ter... mostrará finalmente, senhor, que V. M., inexorável inimigo dos vícios, promulgou inumeráveis leis todas justas, todas necessárias, todas santas...

Dois anos depois de pronunciado este encómio, o autor lia em sessão da Arcádia, de Outubro de 1759, uma ode comemorativa da elevação de Sebastião José de Carvalho e Melo a conde de Oeiras²³, onde figura o mesmo elogio das grandes medidas promulgadas para o bem da Nação, e do “público sossego”, de que então se gozava. Anteriormente a esta, como nota António José Saraiva, teria sido escrita a epístola IV, em que o futuro Marquês de Pombal não recebe ainda o título de conde. E, enfim, anterior a qualquer destas composições é, sem dúvida, o romance hendecassílabo *À feliz aclamação do Sr. Rei D. José I de gloriosa memória*²⁴.

Inútil lembrar neste momento a possível relação existente entre a atitude política revelada nestes poemas, a da *Fala do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, aos Portugueses, querendo-lhe levantar uma estátua pelo seu bom governo, o que ele não*

²² P. 587 da edição de Roma (= vol. II, p. 177 da edição de A. J. Saraiva).

²³ A XXXI da edição de A. J. Saraiva.

²⁴ Pp. 224-227 da edição de Roma (= vol. I, pp. 255-257 da edição de A. J. Saraiva).

consentiu, e a prisão ulterior do poeta, pois isso levar-nos-ia longe do nosso propósito. Apenas quisemos mostrar os muitos paralelos que se encontram na obra de Correia Garção para a recém-publicada ode XL²⁵. Tivemos ocasião de ver também que é a única que denuncia influência virgiliana segura, mas não deixa de revelar, na sua segunda parte, o modelo de Horácio, na descrição da *Pax Augusta*. Embora de estrutura lógica menos perfeita – o valor das Musas para perpetuar a glória humana, negado no começo da ode, acaba por ser invocado em favor do monarca, na última parte – e de cadência dura e dissonante, a composição tem valor informativo considerável. Diferente é o caso das odes XXXVIII e XXXIX, à primeira das quais acresce ainda o interesse autobiográfico da revelação dos gostos do autor: às suas predileções literárias, já conhecidas de outros passos, alia as preferências artísticas, que nunca exprimiu tão claramente. Uma e outra ode se distinguem pela sua perfeição formal e nos interessam pela novidade no tratamento de temas horacianos já anteriormente desenvolvidos pelo poeta.

Bastaria esta qualidade para lhes assegurar um lugar de relevo na produção do mais clássico dos nossos escritores setecentistas.

²⁵ Se insistimos neste ponto, foi porque a contextura desta ode, tão diferente da das outras, chegou a provocar-nos dúvidas sobre a sua autenticidade, dúvidas que, diga-se de passagem, um exame do Ms. 1164 da B.U.C. não comprova. Note-se também que a sintaxe alatinada de Correia Garção atinge aqui o máximo.

Os alvores da primeira manhã acharam-no passeando e declamando na estreita saleta do seu aposento. Via-se-lhe no rosto a palidez dos Fabrícios.

As onze horas entrou na Câmara. Dir-se-ia que entrava Cícero a delatar a conjuração de Catilina. Deu nos olhos dos seus três correligionários que entre si disseram:

– Calisto vai fazer alguma interpelação de grande alcance!

O discurso do morgado de Agra principia por fazer uma erudita resenha do que se passava com os teatros da Grécia e Roma, sem esquecer a instituição do *theorikon*, e cita depois frases dos clássicos latinos, como o virgiliano *sunt lacrimae rerum*, de *Eneida* I.462³⁹, e outros ainda, entremeados com versos camonianos. Faz parte da ironia da situação que este dispêndio de erudição clássica seja feito para contrariar uma proposta de alto valor cultural⁴⁰.

Esta formação latina vai servir por vezes para fazer deflagrar o choque entre uma preparação livresca, distanciada da vida, e o eclodir de uma paixão. É o que sucede com o protagonista de *Agulha em Palheiro*, Fernando Gomes, que, “aos quatro anos frequentava as primeiras letras; aos nove estudava latim com admirável inteligência”, aos dezasseis conhecia os poetas latinos e portugueses e “lia uns com seu pai, e traduzia-lhe os outros, explicando os pontos obscuros de Horácio e Ovídio”; faz depois uma viagem de dois anos, em que só se entusiasma com a Grécia e Roma e “se anoja” em Paris; em Florença, estava, “conforme o seu costume em toda a parte, sequestrado de toda a convivência, visitando antiguidades, lendo outras, e como que mumificando-se a si próprio entre tantas velharias”. É ainda neste estado de espírito que, depois de apresentado por Jerónimo Bonaparte às filhas do senhor de Briteiros, a sua conversa com as duas jovens decorre deste modo:

– Não vi na Grécia vestígios de lá ter havido uma Florença; e, contudo, a Grécia era a colmeia dos mais doces favos do mundo antigo. Aqui me parece

³⁹ O próprio Camilo usou outras vezes, em contextos diversos, o famoso hemistíquio, e.g., *Onde Está a Felicidade?* (OC II, 247) e *A Mulher Fatal* (OC VI, 1060). Exemplos de *As Farpas* comprovam a frequência da citação na oratória parlamentar. Mais adiante, no seu discurso, o Dr. Libório também se abona com Virgílio, *Bucólicas* I.3 (OC V, 877), mas isso não impede Calisto de o acusar de não ter falado, na sua intervenção, “português de gente” (*ibidem*, p. 879), o que está certamente relacionado com a admiração preferencial daquele pela cultura francesa. De resto, parte desta oração, observa Camilo em nota, foi extraída dos “elegantes dizeres” do então ministro da Justiça, Dr. Aires de Gouveia (p. 878).

⁴⁰ Esta erudição de Calisto Elói é levada a tais excessos que, quando o Abade lhe lembra que ele deve conhecer bem as “enormes desmoralizações” da vida romana, através das suas leituras de Tácito, de Apuleio e do Festim de Trimalquião de Petrónio, logo o deputado o interrompe para perguntar: “De qual Petrónio? [...] Foram doze os Petrónios em Roma, e todos escreveram com mais ou menos despejo.” (OC V, 887).

que vejo ressurgidas as delícias da Roma imperial, os jardins de Luculo, os mármoreos jorrando espadanas de cristal, as termas de Antonino, os...

Reteve-se Fernando. Reparou que o estavam escutando duas meninas, que, no ar do semblante, pareciam escutar idioma desconhecido.

Mas depois, “no restante daquela noite, não viu Grécia nem Roma. [...] O passado, então, pareceu-lhe melancólico, a poesia dos impérios pulverizados avultou-lhe como horrenda soledade; e o sol do dia seguinte encontrou-o ainda buscando no esplendor das suas visões o querubim, que era, em todo o rigor da fidelidade, a imagem de Paulina de Briteiros”⁴¹.

Semelhante fora a formação de António da Silveira, em *A Filha do Doutor Negro*, mas desta vez o contraste é entre o ideal de liberdade da Roma republicana, e seus reflexos modernos, e o dever militar, de resistir às invasões francesas, a que o tio general o reconduzirá. Na descrição da juventude deste herói romântico estão habilmente intercaladas partes de versos célebres dos maiores poetas latinos e lembranças da história romana⁴²:

António lia indolentemente o seu Horácio *procul a negotiis*, ou o seu Virgílio, *sub tegmine*, como o pagueiro Títilo, enquanto o solo pátrio estremecia batido pelo tropel das hordas conquistadoras. Educado pelos prosadores e poetas do Lácio, o moço, solitário pensador das fragosas montanhas penuradas sobre o rio Córrego, amava a liberdade à romana, a liberdade dos Gracos e dos Catões. [...] Daqui procedia o seu afecto a Napoleão, como filho bastardo da Revolução Francesa, e o seu amor à soledade dos seus pardieiros solarengos, afogados de serranias.

Esta formação cultural entranhada de António da Silveira proporciona uma excelente ocasião para se manifestar a ironia do narrador, que constitui um dos atractivos da arte camiliana e que é um dos aspectos daquela “confiante cordialidade que relaciona o autor/narrador com o leitor/narratário” tão bem caracterizada por Aníbal Pinto de Castro⁴³. Efectivamente, quando Albertina responde, chorando, à declaração do moço com uma negativa, comenta ele que o jovem cadete podia ter-se lembrado do v. 48 do Livro III da *Eneida* (que cita no original e na tradução de Barreto Feio), mas, continua, “eu creio que lhe não lembrou cousa nenhuma em latim. Nestes apertos do coração, não há propriamente um professor

⁴¹ As citações são de OC IV, respectivamente, pp. 482, 495, 500, 504 e 506-507.

⁴² OC IV, 800. Os textos dos dois poetas augustanos encontram-se traduzidos por Camilo, em nota de rodapé, mas não localizados. Trata-se, respectivamente, de *Epodos* 2.1 e *Bucólicas* 1.1.

⁴³ *Narrador, Tempo e Leitor na Novela Camiliana* (edição da Casa de Camilo, Vila Nova de Famalicão, 1976), p. 102.

de latinidade que possa respirar por um hexâmetro”. Do mesmo modo, quando, mais tarde, o pai de Albertina o interroga sobre o que se passara entre ambos, o rapaz, “sem auxílio de Horácio ou Virgílio, teve uma ideia heróica”⁴⁴.

Existe outra personagem na novela que, tal como esta, é um bom conhecedor de autores latinos, designadamente de Cícero, a quem cita constantemente, mas que se situa nos antípodas morais de António da Silveira – o velhaco Costa e Silva. Especialmente bem sucedida é a cena em que ele faz uma proposta de suborno a João Crisóstomo, preso por causa de Albertina. Então se defronta a arrogante erudição do antigo mestre de retórica, cheia de subentendidos ameaçadores, com a modéstia e inteireza do jovem. Por demasiado extenso, citaremos apenas algumas partes do diálogo⁴⁵:

– Eu costumo dizer o que sinto: se vossemecê fosse um pateta, dizia-lho também. *Amicus Plato, sed...* O Sr. João sabe latim?

– Não, Senhor, não sei latim. Fui lavrador, depois moço de carregar numa loja de molhados no Rio de Janeiro, depois voltei à lavoura; melhorei na vida de amanuense, onde aprendi um pouquinho de francês, e pouco mais.

– Pois aproveitou muito, e está em tempo de aproveitar o que lhe falta. O latim é a língua de Cícero, e Cícero é o meu homem. Eu queria ser Cícero, palavra de honra, com a condição mesmamente de perder a cabeça. O Sr. João sabe o seu bocado de história... Há-de estar certo da passagem em que o preclaro orador foi degolado...

– Sim, Senhor, recorde-me...

– Pois Cícero dizia em latim: *Negligere quid de se quisque sentiat, non solum arrogantis est, sed etiam omnino dissoluti*; o que em português quer dizer: Somente o homem despejado e dissoluto despreza o conceito que a sociedade faz dele. O discurso, que eu venho fazer ao Sr. João, bem agourado vai começando pelas citadas palavras do divino Cícero. Já vossemecê sabe onde eu quero chegar.

Depois desta citação de *De Officiis* I.99, segue uma de *De Finibus* III.32, e outra novamente de *De Officiis* I.79. São estes complexos caminhos que levam à proposta de libertação, mediante o exílio, de que o mensageiro dos amigos e obrigados do pai de Albertina é portador, e à negativa peremptória do jovem, que lhe responde com ironia:

... Estou aqui: daqui sairei cumprida a sentença.

– Mas se morrer antes?! – atalhou o retórico.

⁴⁴ OC IV, 807 e 808.

⁴⁵ OC IV, 833-835 *passim*.

- Se morrer antes... – voltou o preso sorrindo – parece-lhe a V. S.^a que ficarei na cadeia, cumprida a sentença? Que diz Cícero a este respeito?
- Vossemecê zomba de mim? – perguntou, rubro de lacre até às orelhas, o Sr. Costa e Silva.

O intermediário avança ainda mais com a sua proposta de suborno, de novo energicamente recusada pelo preso. Duas frases incisivas descrevem a saída da sala, em direcções opostas, de cada um dos interlocutores. Mas o narrador gasta um longo parágrafo a comentar a situação, enfeitando-a jocosamente com um *exemplum* clássico de heroísmo⁴⁶, que mais realça a mesquinhez da tarefa desempenhada, e que começa nestes termos:

A esperteza, e a retórica, e Cícero sofreram uma derrota na pessoa do Sr. Januário Costa e Silva. O soldado escapadiço das Termópilas, ao anunciar a morte de Leónidas e dos seus trezentos bravos, ia menos amarelo que o intérprete de Quintiliano, quando foi dar conta da sua missão aos amigos do doutor Negro reunidos no Passeio das Virtudes.

No final do romance, depois de ter contado que Januário “morreu como pagão, citando o orador romano” e de referir que até na sala de jantar ele mandara escrever máximas do Arpinate, lavra-lhe este epitáfio: “Morreu um sábio, que seria um justo, se não fosse um velhaco. Deus lhe perdoe, que o leitor decerto lhe não perdoa o muito latim que vai neste romance à conta dele”⁴⁷.

Se a erudição latina serve aqui para caracterizar uma figura, ela não é, como vimos, exclusiva de Costa e Silva no romance. O próprio narrador a usa também várias vezes nas suas intervenções, designadamente naquela cena em que, com mitigada e complacente ironia, descreve a ida ao Convento dos Remédios, em Braga, do “sujeito dos cabelos brancos”, para visitar a “digna prelada”, a fim de resolver a situação dos jovens apaixonados, Albertina e João Crisóstomo, usando tacitamente a lembrança dos antigos amores da sua mocidade. O contraponto clássico é dado por um verso da *Eneida* e depois por outro da *Arte Poética*, ambos citados e localizados em notas⁴⁸.

⁴⁶ Este *exemplum* parece um decalque, adaptado às circunstâncias, da famosa história do soldado de Maratona, aliás tardia. Heródoto só refere, a propósito das Termópilas, os “escapadiços” Aristodemo e Pantites, que os Espartanos passaram a desprezar (VII.230-232), porque o eram de verdade.

⁴⁷ OC IV, 974-975.

⁴⁸ OC IV, 840-841. Note-se o significado subjacente à passagem do registo épico ao familiar, pelo emprego do hipocorístico no nome da irmã da rainha do Cartago. Camilo usa também este verso como epígrafe, dando-lhe uma tradução diferente, num capítulo de *O Carrasco de Vítor Hugo José Alves* (OC VII, 26). O gosto por esta citação já vinha, pelo menos, de Garrett (*Viagens na Minha Terra*, ed. cit. das *Obras de Almeida Garrett*, vol. I, p. 54). Quanto ao horaciano *si vis me flere*, aparece também em *A Mulher*

A velhinha, escutando-o, poderia dizer como Dido à sua irmã Aninhas:

Reconhecendo os sinais da antiga chama.

Assim o dava a entender do ar de melancólica saudade com que expediu do peito um ai trémulo, o qual ai bem poderia ser gemido de contrita, se é que amor tão sem nódoa estava no caso de dar apenas a quem o sentira [...]. O cavalheiro [...] embebeu uma lágrima por hipótese no lenço, e fez que engolia outra num soluço. Bem sabia ele que vantagem vai em seguir o preceito de Horácio: ‘Se queres que eu chore, chora tu primeiro.’ A prelada provou que o poeta romano entendia bastante do coração da gente. Chorou. A ocasião era aquela.

Com muita mais gravidade, embora com menos precisão, e confundindo, pelo menos aparentemente, dois mitos num só, o autor / narrador responde a um amigo que, no começo de *Vinte Horas de Liteira*, lhe pergunta se ainda faz romances⁴⁹.

– Ainda... *Sedet aeternusque sedebit.*

Infelix.....

faço romances, e expio os pecados de meus avós, neste incessante rodar do penedo ao alto do monte, e resvalar com ele ao fundo.

Efectivamente, o modelo é da *Eneida* VI.617-618, onde o sujeito de *sedet* é Teseu, cujo suplício no além consiste em estar eternamente sentado (*sedet aeternumque sedebit / infelix Theseus*); o castigo de rolar incessantemente o penedo ao alto do monte costuma ser atribuído a Sísifo, nome que o texto virgiliano omite, mas que está subentendido em *saxum ingens volvunt alii* (616). O passo é difícil no próprio original, pois algumas lendas divergem aqui tanto da versão tradicional, que certos editores alteraram o texto ou postularam a existência de lacunas. Podemos, no entanto, supor que a supressão do nome de Teseu tenha tido a intenção de evocar apenas a enumeração dos supliciados do Tártaro virgiliano, singularizando depois no “rodar do penedo” o incessante e nunca completo labor da tarefa de escrever.

O legado clássico acompanha Camilo toda a vida como uma referência natural. O rapaz que lera a *Eneida* nos penhascos da Samardã⁵⁰ era ainda o mesmo que,

Fatal (OC VI, p. 1063). Em *A Filha do Doutor Negro* (OC IV), figuram várias outras referências clássicas na pena do narrador, e.g.: Horácio, *Epístolas* I.6.1-2 (p. 847); Virgílio, *Eneida* III.57 (p. 921), *Eneida* IV.412 (p. 874) e *Bucólicas* III.93 (p. 902), onde, a seguir à tradução, comenta: “Observação necessária: as notas são para quem precisa delas. Os sabedores desculpem a caturrice.”

⁴⁹ OC IV, 993.

⁵⁰ *Cenas Inocentes da Comédia Humana* (OC XIII, 1205).

ao ser aconselhado pelos amigos a fugir à justiça, aceita “o alvitre do desterro, desterro voluntário para onde quer que a superabundância de Getas me desse azo a julgar-me em parilhas com Ovídio, comparação em que tanto Ovídio como as nossas províncias do Norte se deviam magoar por igual, se o autor não estivesse gracejando”⁵¹, e que, entre os muitos livros que tinha consigo na cadeia – a ponto de causarem a admiração de D. Pedro V, quando da sua visita –, guardava um volume de Plutarco⁵².

Pode por isso afirmar-se – e esta amostragem, que está longe de ser exaustiva, terá servido para o comprovar – que o convívio com o mundo clássico, iniciado na infância e continuado em leituras ao longo da vida, é uma componente da sua obra que resiste a todas as correntes literárias que a atravessam. Fornecendo-lhe histórias, paradigmas, factos e frases, a todo o momento convocados para ilustrar o texto, por vezes de uma forma quase torrencial, outras vezes ainda, máximas para apoiar as suas reflexões, ou traços para avivar a caracterização das figuras, entre a seriedade, a graça e o sarcasmo, os modelos clássicos são uma referência indissociável do mundo camiliano.

⁵¹ “Discurso Preliminar” das *Memórias do Cárcere*, p. 50. A comparação tinha os seus pergaminhos literários entre nós, desde a elegia de Camões “O Sulmonense Ovídio, desterrado / na aspereza do Ponto” até Bocage e Filinto Elísio.

⁵² *Ibidem*, vol. I, pp. 225 e 86, respectivamente. A esta cena voltaremos com mais pormenor em “Reflexos da tradição greco-latina em Camilo” [vide infra]. Entre muitos outros, podem referir-se dois curtos trechos em que explicitamente Plutarco é dado como uma das fontes, “O Virtuoso Catão e o Honrado Hortênsio”, em *Serões de S. Miguel de Ceide*, (OC XV, 993-996), e “Aspásia” de *Cenas Inocentes da Comédia Humana* (OC XIII, 1135-1137). Os *Moralia* são mencionados em *Vinte Horas de Liteira*, OC IV, 1129.

16. REFLEXOS DA TRADIÇÃO GRECO-LATINA EM CAMILO*

O rei deu alguns passos no meu quarto e reparou um instante num livro aberto, que era um Plutarco, na Vida dos Varões Ilustres.

Observou-me fitamente e disse-me:

– Estimarei que se livre cedo.

Esta cena pertence, como todos sabem, à descrição da primeira visita de D. Pedro à cadeia da Relação do Porto¹. O preso que tinha o livro aberto na Vida dos Varões Ilustres de Plutarco era Camilo Castelo Branco. Aquele que, dois meses e meio antes, ao serem corridos pela primeira vez os ferrolhos e rodada a chave da porta, ficara, na sua primeira noite de prisão, sozinho, sentado a uma banca, tendo defronte de si alguns livros, e escrevera a esse propósito: “Recordo-me de Shakespeare, Plutarco, Sénancour, Bartolomeu dos Mártires e uma *Tentativa sobre a Arte de Ser Feliz* de J. Droz”. Folheia-os a todos, mas só este último, “um livro de filosofia racional”, que preparou o ânimo do seu leitor “para mais seguras e levantadas crenças na filosofia de Jesus Cristo” conseguiu fixar-lhe a atenção e fazer-lhe bem².

* Publicado em *Congresso Internacional de Estudos Camilianos*: actas. Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, 1994, 49-58. Retomado em *Portugal e a herança clássica e outros textos*. Porto: Asa, 2003, 108-116.

¹ *Memórias do Cárcere*, ed. Aníbal Pinto de Castro (Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 2001), p. 437. Sobre os livros que Camilo tinha levado no baú e a coincidência de vários títulos com os do catálogo da venda de grande parte da biblioteca do romancista, em 1883, vide o Prefácio de Aníbal Pinto de Castro à mesma edição, pp. 13-14. As citações serão todas feitas, salvo declaração em contrário, pela edição das *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, organizada por Justino Mendes de Almeida (Porto, Lello & Irmão, 1982-1994), usando apenas a sigla *OC* seguida do número do volume em romano e do da página em árabe.

² Ed. cit., p. 97.

A enumeração das obras trai, de qualquer modo, uma memória selectiva que não é, sem dúvida, casual³. Os autores em causa, ainda que díspares na cronologia, nos géneros literários, nas origens e até na qualidade, têm todos uma relação directa ou indirecta com a situação do encarcerado. Obras de espiritualidade cristã, as dos dois últimos. A primeira aprofunda, sob forma dramática, as grandes tormentas do homem, algumas das quais comprovadamente hauridas nas cristalizações dos altos feitos de figuras da Antiguidade Clássica, legadas por Plutarco. No meio destes, Sénancour, o escritor da “auto-análise fatalista e de um permanente queixume perante o destino adverso às suas ambições de homem superior” (cito palavras do Doutor Aníbal de Castro), que levaria à formação do herói romântico⁴ – é a face negativa da mesma medalha.

Mas por ocasião da visita régia, eram, como vimos, as biografias dos Varões Ilustres que estavam abertas sobre a mesa do romancista. O Rei, que uns momentos antes exprimira o seu espanto por encontrar ali tão ilustre prisioneiro, mas logo “achara nas suas reminiscências” o motivo do encarceramento e lhe perguntara se se entretinha a escrever, “reparou um instante”, conforme ouvimos, no livro, e, já ao sair da cela, repetiu: “Estimarei que se livre cedo”.

Reparemos nós também no significado da presença da obra. É aquela que deu a Plutarco a consagração de ser chamado um dos educadores da Europa. É também nas *Vidas Paralelas* que começa a exprimir-se a noção de que a Cultura Greco-Latina constitui um todo. Mas, mais ainda que isso, são uma análise lúcida do comportamento de algumas dezenas de figuras célebres que, colocadas com frequência em situações-limite, tinham revelado a grandeza e a miséria a que o homem está sujeito. Figuras paradigmáticas, portanto, em toda a plenitude do sentido da palavra. Quadravam bem ao dilema de consciência a que o romancista pusera termo, entregando-se à justiça.

De resto são muitos os autores clássicos que Camilo cita, no original ou em tradução própria, ao longo de toda a sua obra – pelo menos, uns quinze escritores gregos e uns dezassete latinos (sem contar a Bíblia e os cristãos), além de centenas de referências ou breves alusões a figuras e factos da Antiguidade. Mesmo sem fazer uma estatística – e, de resto, acreditamos pouco no valor desse método em Ciências Humanas – é fácil concluir que, para além de Cícero, Virgílio, Horácio, Ovídio, é Plutarco um dos autores mais vezes mencionados. Sinal de grande ignorância de Catarina em *A Queda dum Anjo* é desconheçê-lo – para além de julgar que Homero é um romance –, quando Calisto Elói tenta doutriná-la com “leituras

³ Por ocasião da segunda visita régia, D. Pedro V observou os livros notando “que era biblioteca enorme para preso”, ed. cit., p. 26. A mesma observação, com ligeiras variantes, na p. 439.

⁴ *Enciclopédia Verbo*, s.v. Em *Cenas Inocentes da Comédia Humana* fez o elogio deste escritor (OC XIII, 1092-1098).

mais substanciosas”⁵. Bem diferente é o aproveitamento feito no *Livro da Consolação*, quando o jovem Venceslau Taveira, tendo-se “esquivado à túnica de S. Bento”, ao chegar a Santarém e ao presenciar o modo como o comandante da terceira invasão francesa resolvia os processos, perguntava⁶:

– Depois deste acto de justiça, quem pode negar a Massena as virtudes militares que Plutarco refere dos varões ilustres de Grécia e Roma?

Aqui intervém o narrador:

O leitor vai recordar a sabida passagem que, no espírito do moço entusiasta, emparceirava o general francês com Temístocles ou Paulo Emílio.

Estamos, efectivamente, perante outro tipo de aplicação dos paradigmas clássicos. Aqueles – são muito numerosos – em que a comparação se, por um lado, fortalece o mérito dos exemplos antigos apontados, por outro, tem implícita a desqualificação das circunstâncias presentes, pelo desproporcionado do paralelo estabelecido, como claramente se prova na sequência da narrativa.

Esta utilização da Antiguidade pode ir até ao caricatural, como nesta alusão jocosa ao *Banquete dos Sete Sábios* de Plutarco, em *Vinte Horas de Liteira*⁷:

Se ele anda a penar pela mesma mulher metade da sua vida, a sociedade que diz? ‘É uma lástima’. Não achas que é assim?

– É assim; e fazemos nós muito bem, nós, a sociedade – respondi com empáfia filosófica de um dos sete sábios da Grécia, com o abdómen bem arredondado das comezainas historiadas por Plutarco nos seus *Tratados de Moral*.

(Observação entre parêntesis: os sábios da Grécia discutem os fundos mistérios da natureza com o estômago repleto. A preocupação medicinal de nos abstermos de trabalhos de espírito, por espaço de três horas depois de jantar, faz que já se não criem sábios do chorume e polpa dos gregos).

Um opúsculo dos últimos tempos, contido nos *Serões de S. Miguel de Ceide*, com o título “O virtuoso Catão e o honrado Hortênsio”, declara no final⁸:

Eu não inventei estas coisas. Contou-as Plutarco (*Vidas dos Varões Ilustres*) e comentou-as amplamente Eugène Londun (*L’Antiquité*).

⁵ OC V, 889-890. Sobre este exemplo vide supra, nota 27 de “Camilo, leitor dos clássicos”.

⁶ OC VII, 148.

⁷ OC IV, 1129.

⁸ OC XV, 996.

25. A LUZ DA GRÉCIA*

Pode dizer-se que a luz da Grécia tem doirado toda a poesia de Sophia de Mello Breyner desde o seu primeiro livro, quer desvelando os elos de ligação entre as palavras e as coisas (“*A aliança com as coisas*”, como se lê em “*Arte Poética – I*”), quer fazendo sentir a harmonia e a beleza das suas formas de Arte, quer iluminando tantas ideias matriciais da cultura europeia, que dela dimanaram.

Disse “desde o seu primeiro livro”. Efectivamente, é de *Poesia*¹ e com data de composição de 1944, o canto dirigido àquele que tem sido chamado “o mais helénico dos deuses”, em que figuram estes versos definidores das características de Apolo e da civilização de que ele é um dos mais puros emblemas:

Eras a medida suprema, o cânon eterno
Erguido puro, perfeito e harmonioso

Muitos anos depois, em 1970, em *Dual*, surge de novo Apolo a configurar essa perfeição, no grupo de poemas a que, utilizando um termo do vocabulário musical, eu me permitiria chamar *Suite Delphica*. E no quarto andamento desse todo, animado de um movimento irresistível que, partindo dos elementos da Natureza (“a orla do mar”, “a sombra do bosque”), se prepara a ascensão ao grande oráculo do deus. Da possível interpretação deste poema, bem como de outro que é uma das mais belas composições da autora, “*Crepúsculo dos Deuses*”, falámos já em páginas anteriores, para as quais remetemos o leitor².

* Publicado em *Homenagem a Sophia de Mello Breyner Andresen: Actas*. Porto: Areal Editores, 2001, 25-33. Retomado em *Portugal e a herança clássica e outros textos*. Porto: Asa, 2003, 202-206.

¹ 1.ª ed. (da Autora), 1944. As citações desta obra serão feitas pela 2.ª ed. (Lisboa 1959). Esta é da p. 27.

² “Paisagem real e paisagem espiritual em alguns poetas portugueses contemporâneos” e “The Classical Heritage in Contemporary Portuguese Poetry: A Few Examples”, in *Portugal e a herança clássica e outros textos*, cit., pp. 148-161 e 162-170 [o segundo ensaio foi recolhido neste volume, vide infra].

Mas esta visão decadentista do percurso da cultura grega pode ainda aparecer sob outras formas. É o caso do poema “A Koré”, que abre e fecha com imagens (primeiro estáticas, depois fugitivas) do passado glorioso da Grécia, tendo no centro uma cena quotidiana, que decorre entre uma guia e os turistas que ela acompanha – poema esse também já estudado anteriormente³.

Numa outra ocasião difícil da história grega, o poema “Grécia – 72”, que ostenta no título o contexto em que se inscreve, resume em quatro versos apenas a vitória sobre os Persas (o facto histórico figura, em termos semelhantes em “Crepúsculo dos Deuses”), mas, ao contrário desse, anuncia a esperança no futuro⁴:

De novo os Persas recuarão para os confins do seu império
 Afundados em distância confundidos com o vento
 De novo o dia será liso sobre a orla do mar
 Nada encobrirá a pura manhã da imanência.

Esta palavra-chave no vocabulário da poetisa – “imanência” – é a mesma que aparecerá na breve mas profunda composição que abre a suite “Arquipélago”, numa espécie de saudação à sua chegada à Grécia⁵.

É a manifestação do divino através da Natureza (“o rumor da folhagem que há nos deuses”) já expressa muitos anos antes num dos mais belos poemas de *Dia do Mar*, aquele que tem o título “Os Deuses”⁶:

Nasceram, como um fruto, da paisagem.
 A brisa dos jardins, a luz do mar,
 O branco das espumas e o luar
 Extasiados estão na sua imagem.

Volta agora, quase um quarto de século depois, no poema que vimos anteriormente a este. E, na mesma colectânea, ou seja, em *Dual*, reaparece em composição muito mais extensa, “Os Gregos”, de que recordaremos apenas os primeiros versos⁷:

Aos deuses supúnhamos uma existência cintilante
 Consubstancial ao mar à nuvem ao arvoredado à luz
 Neles o longo friso branco das espumas o tremular da vaga

³ “Portugal e a herança clássica” [vide, neste volume, o primeiro ensaio] e “The Classical Heritage in Contemporary Portuguese Poetry: A Few Examples” [vide infra].

⁴ *O Nome das Coisas* (Lisboa 1986), p. 15.

⁵ *Dual*, p. 55.

⁶ *Dia do Mar* (Lisboa 1986), p. 33.

⁷ *Dual*, p. 67.

A verdura sussurrada e secreta do bosque o oiro erecto do trigo
 O meandro do rio o fogo solene da montanha
 E a grande abóbada do ar sonoro e leve e livre
 Emergiam em consciência.....

O poder unificador da visão helénica do mundo aparece em muitos outros poemas, que seria belo – mas não praticável – enumerar aqui⁸.

Mas não esqueçamos outros aspectos não menos significativos da presença do legado helénico. E que entre esses aspectos estão as suas invocações de estátuas e monumentos⁹, de lugares sagrados (além de Delfos, que já mencionámos)¹⁰ e de mitos – com manifesta preferência pelo de Orfeu e Eurídice, o que não surpreende, dada a afinidade da história com o poder da poesia¹¹; pode dizer-se que ocupam também um lugar de grande destaque os que se ligam a Creta – do Minotauro, do Labirinto, de Teseu e Ariadne.

Este último tema tanto pode ser desenvolvido como uma alegoria dos temores da infância, na procura de uma orientação no mundo (caso de “O Palácio”¹²), como desdobrado na experiência existencial (caso do extenso poema que principia “Em Creta/ onde o Minotauro reina”¹³) que se confronta com os signos de um passado mítico, passado esse cujas marcas a cada momento emergem – desde “uma rápida dança que se dança em frente de um toiro”, “pinturas ondas e colunas e planícies” ao “interior dos palácios veementes e vermelhos”, “onde o Príncipe dos Lírios ergue os seus gestos matinais”. Nalguns pontos, a identificação com o lugar é completa (“dos meus pátios vazios”), sendo que, por sua vez, o “Banhei-me no mar”, logo no verso 3, tem um sentido catártico que percorre todo o poema. Partindo de um gesto ritual para os que emergem de um naufrágio, bem conhecido dos leitores da *Odisseia* (“Beije o chão como Ulisses”), a composição vai terminar por uma vitória sobre tantos obstáculos simbolicamente acumulados, numa estrofe que, sob a reminiscência do fio de Ariadne, aqui tomado como símbolo da poesia, exprime a vitória final:

Em Creta onde o Minotauro reina atravessei a vaga
 De olhos abertos inteiramente acordada

⁸ Um exemplo desses seria “Acaia”, de *Geografia*, p. 63.

⁹ Exemplos relativos à escultura são “Friso Arcaico”, “O Auriga”, “O Efebo” e “Kouros do Egeu”, respectivamente, em *Dual*, pp. 19, 23 e 64, e *Ilhas*, p. 32. Entre os monumentos, salientamos “O Templo de Athena Aphaia”, em *Dual*, p. 63.

¹⁰ Entre os quais ocupa lugar de destaque Epidauro (*Geografia*, p. 67; *Ilhas*, p. 7). Cf. “Arte Poética V”, in *Ilhas*, p. 70.

¹¹ *No Tempo Dividido* (Lisboa 1954), pp. 16 e 45; *Dual*, p. 14; *Musa* (Lisboa 1964), pp. 23, 25 e 28.

¹² *O Nome das Coisas*, p. 20.

¹³ *Dual*, pp. 59-61.

Sem drogas e sem filtro
Só vinho bebido em frente da solenidade das coisas –
Porque pertenço à raça daqueles que percorrem o labirinto
Sem jamais perderem o fio de linho da palavra

Extremamente hábil e significativo é o aproveitamento destes mesmos dados para definir a função da tragédia grega, como consciencialização da problemática humana. É o que sucede no poema “O Poeta Trágico”¹⁴:

No princípio era o labirinto
O secreto palácio do terror calado
Ele trouxe para o exterior o medo
Disse-o na lisura dos pátios no quadrado
De sol de nudez e de confronto
Expôs o medo como um toiro debelado

Outro ponto a considerar, também ligado, aliás, à problemática da essência do trágico, é o dos grandes ideais, designadamente o da Justiça. O verso “O primeiro tema de reflexão grega é a justiça” constitui a primeira linha, enérgica como um aforismo, da composição em louvor de “Catarina Eufémia”¹⁵. Os dois últimos versos, por sua vez, remetem para uma figura emblemática na luta por esse ideal, precisamente a que dá o nome a uma das tragédias mais célebres da Antiguidade:

Antígona poisou a sua mão sobre o teu ombro no instante
em que morreste
E a busca da justiça continua.

Lembre-se ainda o discurso proferido por ocasião da entrega do Grande Prémio de Poesia, no passo em que fundamenta o seu amor por essa virtude¹⁶:

... A busca da justiça é desde sempre uma coordenada fundamental de toda a obra poética. Vemos que no teatro grego o tema da justiça é a própria respiração das palavras. Diz o povo de Ésquilo: ‘Nenhuma muralha defenderá aquele que, embriagado com a sua riqueza, derruba o altar sagrado da justiça’. Pois a justiça se confunde com aquele equilíbrio das coisas, com aquela ordem do mundo onde o poeta quer integrar o seu canto.

¹⁴ *Dual*, p. 62.

¹⁵ *Dual*, p. 75.

¹⁶ Posfácio a *Livro Sexto* (Lisboa 2^a1964), p. 76.

E, mais adiante, retoma explicitamente o paralelo com a Antiguidade Clássica:

Não aceitamos a fatalidade do mal. Como Antígona, a poesia do nosso tempo diz: ‘Eu sou aquela que não aprendeu a ceder aos desastres’.

Todos estes exemplos que vimos – e muitos mais poderiam apontar-se – põem em evidência a importância que assume o legado clássico na poesia de Sophia de Mello Breyner e a ligação indestrutível deste com a cultura europeia. A expressão mais recente do valor dessa presença está talvez na conexão directa entre esse elemento fundador da sua obra que é o mar e aquele país que, como escreveu Elytis num verso célebre, “repousa no mar”. Que essa grande força da Natureza ocupa um lugar primacial nesta autora é uma evidência que todos reconhecem. Bastariam os títulos de dois dos seus livros (*Dia do Mar* e *Mar Novo*, bem como do seu não menos belo conto *A Menina do Mar*), além de inúmeros poemas a ele consagrados, para o provar. “Mar, metade da minha alma é feita de maresia” – diz no começo de um deles¹⁷.

Esta religião estrutural de que estávamos a falar surge particularmente evidente em dois poemas sucessivos de *O Búzio de Cós*¹⁸. O segundo, “Foi no mar que aprendi”, transfere a variedade de feitios assumida pelo movimento incessante das águas para a capacidade da autora em apreender as formas artísticas guardadas nos Museus da Grécia (e não nos esqueçamos de que ela demonstrou a sua extrema sensibilidade ao fenómeno estético no livro *O Nu na Arte Grega*).

Quanto ao primeiro, homónimo da colectânea a que pertence, estabelece, afinal, uma relação semelhante, mas em sentido oposto, uma vez que transpõe, através de um objecto, ele mesmo de origem marítima – o búzio –, a vivência da sedução do mar de um extremo para o outro da Europa meridional:

Este búzio não o encontrei eu própria numa praia
Mas na mediterrânica noite azul e preta
Comprei-o em Cós numa venda junto ao cais
Rente aos mastros baloiçantes dos navios
E comigo trouxe o ressoar dos temporais

Porém nele não oiço
Nem o marulho de Cós nem o de Egina
Mas sim o cântico da longa vasta praia
Atlântica e sagrada
Onde para sempre minha alma foi criada

¹⁷ *Poesia*, p. 16.

¹⁸ “O Búzio de Cós”, p. 10, e “Foi no mar que aprendi”, p. 11.

Tal como a Europa da abertura da *Mensagem* de Fernando Pessoa, também esta poesia tem “Olhos gregos lembrando”. É deste “olhar grego” que tentámos, nestas breves palavras, captar um pouco do fascínio.

26. POESIA DE SAFO EM EUGÉNIO DE ANDRADE*

Aquela que foi designada na Antiguidade como a Décima Musa e considerada pelos filólogos alexandrinos como digna de figurar no cânone dos nove maiores líricos gregos tem sido pouco conhecida entre nós. Tanto quanto pudemos saber, as primeiras traduções de um poema seu datam do século XVIII e devem-se, duas delas pelo menos, ao facto de esses versos figurarem no texto do *Tratado do Sublime* do Pseudo-Longino. Trata-se da mais que famosa ode 31 Lobel-Page¹, conhecida entre os classicistas pelas suas primeiras palavras, φαίνεταί μοι κῆνος. Efectivamente, no *Tratado do Sublime de Dionysio Longino Traduzido da Lingua Grega na Portugueseza*, impresso em Lisboa em 1771, o professor régio de Grego, Custódio José de Oliveira, trasladou em elegantes e cuidadas estrofes sáficas a referida ode². É a esta versão que se refere o erudito António Ribeiro dos Santos, em nota justificativa da sua própria tradução³. Esta mesma nota é citada por Filinto, que, tendo passado a vernáculo a versão de Longino por Boileau, por não conhecer suficientemente o grego, se desculpa de haver incorrido no “deslustre de ser tradutor de uma tradução”, por não ter sabido da existência de uma em português, “e de mão de mestre”⁴. Tão-pouco a deve ter conhecido Bocage, que não teria deixado de reagir

* Publicado em *Biblos* 53 (1977) 365-373. Retomado em *Novos ensaios sobre temas clássicos na poesia portuguesa*. Lisboa: INCM, 2012 (2.ª ed. rev.), 323-332.

¹ *Poetarum Lesbiorum Fragmenta* ediderunt Edgar Lobel et Denys Page (Oxford, at the Clarendon Press, 1955). Todas as citações de Safo deste artigo serão feitas por esta edição (com a sigla usual L-P), a menos que expressamente se indique outra.

² De pp. 67 a 69. Sobre este tradutor, vide Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal, do Humanismo ao Neoclassicismo* (Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1973), p. 665, n. 287, que remete para Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico*, tomo II, pp. 113-114.

³ *Poesias de Elpino Duriense* (Lisboa, 1812), tomo I, pp. 337-338.

⁴ Filinto Elysis, *Obras Completas* (Paris, 1819), tomo XI, “A quem ler”, pp. 290-291. O prefácio contém dados autobiográficos que o datam de 1817.

positivamente a um tema tão congenial ao seu espírito⁵. Retomá-la-á, porém, Garrett, em esboço conservado no Ms. 127 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, que ainda aguardava mais cuidada confrontação com o original⁶. O mesmo Garrett incluiu, nas *Flores sem Fruto*, uma versão livre do fr. 50 L-P (“Beleza e Bondade”) e uma libérrima dos frs. 81b e 94, 15-16 L-P (“O Sacrifício”)⁷.

A poetas contemporâneos ficou reservada uma maior expansão da poesia de Safo, e não será desprovido de significado que o tenham feito três dos mais altos nomes: David Mourão-Ferreira (1970), Jorge de Sena (1971) e Eugénio de Andrade (1974)⁸. Nos dois primeiros, trata-se de um número limitado de exemplificações insertas no processo cronológico da história da poesia. Assim, David Mourão-Ferreira incluiu nas suas *Imagens da Poesia Europeia*⁹ um total de dez textos, que provêm, respectivamente, dos frs. 58, 55, 156, 42, 115, 123, 92, 201, 2 e 31 L-P. Jorge de Sena trasladou, em *Poesia de 26 Séculos*¹⁰, nove fragmentos, dos quais o segundo é o apócrifo 94 Diehl, o primeiro o 104 L-P, e os restantes, o 49, 47, 51, 138, 121, 21 e 201 L-P.

⁵ Quanto à Marquesa de Alorna, não é de crer que se tratasse de desconhecimento por parte de quem traduzira um longo trecho do Canto I da *Ilíada*, mas de um propósito, devido certamente a motivações de ordem moral. Efectivamente, quando diz, na ode composta em honra dos dezasseis anos da irmã (*Obras Poéticas*, Lisboa, 1844, tomo I, p. 171):

Seus dictames nos ornar: lá do Elysio
Os manes de Corinna e Telacila (*sic*),
De Praxila e d’Hypacia se desprendem,
E em torno de nós giram

ornando os nomes das três poetisas e da cientista de eruditas notas, a que não faltam indicações bibliográficas (como os *Carmina novem Poetarum Feminarum*, Hamburgo, 1734), a omissão da maior não pode deixar de ser deliberada. Por outro lado, a tonalidade irónica do Soneto “O Salto de Lêucade” (tomo II, p. 168) parece-me confirmar esta interpretação.

⁶ Citado por A. Costa Ramalho, “Versões garrettianas de Safo”, *Humanitas* 17-18 (1965-1966), p. 219, que deu a conhecer este interessante inédito. Também esta tradução é feita pela de Boileau, embora tenha ficado espaço guardado no manuscrito para outra, que seria elaborada a partir do original. O Doutor Costa Ramalho conseguiu identificar o livrinho francês – *Poésies de Sappho* (Amsterdam, 1777, reeditado em Londres, 1781 e 1810).

⁷ Ambas identificadas por A. Costa Ramalho, no artigo citado na nota anterior, que demonstra ter sido a mesma colectânea francesa a fonte próxima.

⁸ Omitimos aqui traduções com finalidade didáctica, como as de Maria Manuela B. H. da Silva de Albuquerque (*A Ode na Grécia*, Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1936, pp. 9-10 – frs. 96, 31, 47 e parte do fr. 1 L-P) e as nossas (*Hélade*, Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra, 1982, pp. 104-105 – frs. 34, 55, 104, 105, 136 e parte do fr. 2 L-P). Posteriormente à feitura deste ensaio saíram as traduções de Albano Martins, *O Essencial de Alceu e Safo* (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986).

⁹ Vol. I (Lisboa, Artis, 1970), pp. 58-65.

¹⁰ 1.º vol., *De Arquíloco a Calderón* (Porto, Editorial Inova, 1971), pp. 35-37.

Diferente é a posição de Eugénio de Andrade ao editar *Poemas e Fragmentos de Safo*¹¹, com noventa e cinco trechos atribuídos à poetisa.

Gostaria de não lhe chamar tradução. Até porque a excelente definição que o Poeta deu dessa actividade (“Esta espécie de transfusão de sangue perdida, que é sempre o trabalho de tradutor”)¹² não lhe é adequada. Chamar-lhe-ia recriação, se com isso não antecipasse desnecessariamente um juízo de valor a que o leitor destas páginas chegará por si. Mas desde já podemos dizer que se trata de um destes raros fenómenos de convergência artística, que permitem que uma obra-prima de uma língua passe sem murchar para outro idioma.

Esta convergência era uma probabilidade que certas características da poesia de Eugénio de Andrade preludiavam insistentemente. As metáforas de que mais usa¹³, a frequência da hipálage¹⁴, a nitidez e rigor da expressão¹⁵ são qualidades que o aproximam da poetisa eólia. Até as “sandálias de oiro” já tinham aparecido no *Mar de Setembro*¹⁶. Formalmente, pode dizer-se que a intensidade expressiva dos breves poemas de *Ostinato Rigore* (sobretudo as “Cristalizações”) é irmã de alguns dos mais belos fragmentos de Safo.

Certos críticos tinham apontado, de passagem, nesta direcção¹⁷. Mas o próprio poeta, em entrevista, depois de enumerar os mestres que o fascinaram na sua juventude (Pessanha, Pessoa, Rimbaud, Lorca, Rilke, Éluard), cita outras preferências¹⁸:

Mergulho muita vez em velhas águas, que nunca são as mesmas, como toda a gente sabe: Heraclito, Empédocles, Safo, Lao Tsé, Novalis, Hölderlin. Mas serão preferências ou, simplesmente, a fascinação do fragmentário, fulgurações?...

O “fragmentário”, “fulgurações”, são definições complementares da poesia de Safo. Talvez por isso, o poeta logra as suas melhores versões precisamente naqueles

¹¹ *Obra de Eugénio de Andrade* (Porto, Limiar, 1974). Toda a análise que vai seguir-se se refere a esta edição, que é a primeira.

¹² *Os Afluentes do Silêncio, Poesia e Prosa* (1940-1980), Porto, Limiar, 2.ª ed., s.a., p. 330.

¹³ “Através da ‘fonte’, da ‘flor’, da ‘ave’, o seu poetar atribui-se como vocação o acesso ao paraíso dos homens” – escreveu Eduardo Lourenço, “A poesia de Eugénio de Andrade” in *21 Ensaios sobre Eugénio de Andrade*, Porto, Inova, s.a., p. 33 (colectânea que será citada, daqui em diante, como *21 Ensaios*).

¹⁴ Cf. Óscar Lopes, “Morte e ressurreição dos mitos na poesia de Eugénio de Andrade” in *21 Ensaios*, p. 426.

¹⁵ Eduardo Lourenço descreve a poesia de Eugénio de Andrade como “a modulação de um canto de transparência entre o poeta e o mundo como outro não existe entre nós” (*21 Ensaios*, p. 52).

¹⁶ *Poemas* (Colecção Poetas de Hoje, Lisboa, Portugalíia Editora, 1966), p. 191.

¹⁷ Assim Joel Serrão, “Cronos, Eros e Thanatos nas palavras do Poeta” in *21 Ensaios*, pp. 203-204, e Vergílio Ferreira, “Breve périplo vocabular da Poesia de Eugénio de Andrade”, in *21 Ensaios*, p. 442.

¹⁸ *Rosto Precário* (*Poesia e Prosa*, p. 403). O elogio da música de Safo aparece mais adiante, na mesma entrevista, p. 406.

trechos mais curtos, em que, tal como escreveu dele Eduardo Prado Coelho¹⁹, “cada verso é acontecimento”.

Assim, a perfeita equivalência do frg. 36 L-P:

καὶ ποθήω καὶ μάομαι ...

no n.º XLII, que conserva toda a força e concisão do original:

Desejo e ardo.

Aqui, foi possível manter até a mesma ordem das palavras. Também o foi no fr. 123 L-P (n.º III), onde o emprego da locução adverbial em primeiro lugar confere à brevíssima descrição o movimento de uma epifania²⁰:

E de súbito
a madrugada de sandálias de oiro.

Um processo frequente consiste em colocar em primeiro lugar um adjectivo com valor predicativo, fazendo assim incidir sobre ele o peso da frase, como no n.º XXII (fr. 153 L-P):

...doce era a voz e de rapariga

e ainda nos n.ºs IX, XII, XV, XX, LX, LXXI.

O mesmo fragmento acabado de citar exemplifica outro processo – uma espécie de hendíadis, que permite desdobrar um composto nos seus elementos e tirar daí o sujeito. O original dizia apenas: *πάρθενον ἄδύφωνον* (“uma rapariga de voz doce”).

Outro exemplo é o do n.º LXV (fr. 122 L-P), onde a alteração nas categorias sintácticas foi reforçada com uma aliteração de grande efeito, sublinhada por um oxímoron²¹:

Uma criança frágil e feliz, colhendo flores.

A inversão da ordem dos elementos contribui para o grafismo da descrição num fragmento como o n.º LXXXVII (fr. 143 L-P):

¹⁹ “Relatório duma leitura da poesia de Eugénio de Andrade, e do prazer que ela provoca no leitor” in *21 Ensaíos*, p. 69.

²⁰ Abstraímos do facto de ἀπρίως do original ser mais exactamente ‘há pouco’.

²¹ Note-se que o texto de Lobel-Page não autorizaria tal versão, pois limita-se a assinalar que ἄγαν é suspeito, e a propor uma correcção.

A palavra tinha, aliás, entrado na língua através das *Cantigas de Santa Maria*.

rectorica, reytorica, rreytorica (lat. *rhetorice* < gr. *ρητορική*)

Quanto a *retórica*, ocorre com frequência em citações de obras de Cícero e de Aristoteles, escrito *rectorica* (VB 66, 75, 175, 177), *reytorica* (VB 282) e *rreytorica* (VB 280). É a forma erroneamente ditongada que daquela deriva que JPM regista como exemplo do séc. XIV, na versão galega da *General Estoria* (*reutorica* e *reitorica*), acrescentando que *retórica* só aparece tardiamente na linguagem escrita (Verney 11.1-2)⁸⁸.

rectorico (lat. *rhetoricus* < gr. *ρητορικός*)

Para o seu cultor, ou seja *retórico*, JPM abona-se no *Livro dos Ofícios 78* (*reitoricos*). Mas o termo figurava já em VB 133:

«Tulyo cicero graçioso Rectorico diz em o seu liuro dos benefiçios...»

tragédia (lat. *tragoedia* < gr. *τραγωϊδία*)

Finalmente, a palavra que JPM referencia no *Livro dos Ofícios 195*, sob a forma *tragidia*, e que o filho do Regente havia de tornar famosa com o título da sua obra, em que, aliás, alternam «prosas» e «metros», aparece pela primeira vez, que sabemos, em VB 255^{88 89} :

«E porem diz Seneca em a quarta tragédia»

Por esta exemplificação, podemos concluir que o contributo do Infante D. Pedro para o léxico literário de raiz helénica adquire um relevo digno de nota.

No entanto, deve sublinhar-se que todos os lexemas até aqui analisados ou são importações através do latim, geralmente tardio, ou são formados já dentro do português; excepcionalmente, a via terá sido outra língua românica (caso de *monge* e de *poesia*).

⁸⁸ Não pudemos verificar no manuscrito qual a forma exacta de grafar Retorica no prólogo do *Livro da Montaria* (que, aliás, como já dissemos, pode não ser anterior à *Virtuosa Benfeitoria*). J.M. Piei, *Livro dos Ofícios*, p. 78, nota 2, apresenta a hipótese de a grafia poder ter sofrido a influência de *reitor*.

⁸⁹ Vasco Fernandes de Lucena falará depois das «antigas tragedyas» (*Livro dos Ofícios*, p. XLIX). De notar que *comédia* é usada no *Livro dos Ofícios*, 63 («antiga comédia dos áticos»).

Deixámos para o fim um termo que poderia ter sido englobado no léxico filosófico, porquanto pertence a essa área conceptual, mas que entendemos dever singularizar em tratamento à parte, por dois motivos: porque é o único exemplo de helenismo directo e porque os editores e estudiosos da obra foram induzidos em erro, ao transcrevê-lo dos manuscritos.

Trata-se do nome da sexta donzela que lhe aparece na «pequena poesia» atrás mencionada, da qual se diz o seguinte, de acordo com a edição que vimos utilizando:

«A postumeyra donzella que sobre todas mereçe de seer mays deseitada, he chamada em grego epilreya, e em latim equytas, e nos a podemos chamar dereyta rregedor.» (VB 332)

O nome grego figura no capítulo mais quatro vezes: uma na mesma p. 332 e três na p. 333.

Os historiadores que se têm ocupado do assunto não atentaram no facto de a palavra não existir em grego ⁹⁰. No entanto, a penúltima das ocorrências do estranho nome põe-nos na direcção certa, ao desvendar a fonte de que o autor se serviu:

«E porem diz Aristotilles, em o vij liuro da moral philosophia, que stando o que pos a ley presente em taees aconteçimentos, en que soo epilreya he dereyta iulgador, ella se trabalharia que a sua ley fosse rreuogada.» (VB 333)

O passo não é do Livro VII, mas do V da *Ética a Nicómaco*, onde se trata no cap. X, *Περὶ δε επιείκειας καὶ τον επιεικούς, πώς εχει ἡ μὲν επιείκεια προς δικαιοσύνην το δ'επιεικὲς προς το δίκαιον* (1137 a 31-32). A citação da *Virtuosa Benfeitoria* exprime, de forma condensada, o que se lê em 1137 b 19-24:

ὅταν οἷν λέγη μὲν ὁ νόμος καθόλου, συμβῆ (Υπερὶ τούτων παρά το καθόλου, τότε ὀρθῶς εχει, ηὶ παραλείπει ὁ νομοθέτης καὶ ἡμαρτεν ἀπλῶς εἰπών, ἐπανορθῶν το ελλειφθέν, ο καν ὁ νομοθέτης αὐτός αν εἶπεν ἐκεῖ παρών, καὶ εὶ ηἶδει, ἐνομοθέτησεν.

A palavra exacta era, portanto, *επιείκεια*. Não queremos com isto significar que o Infante D. Pedro a tomasse do original grego. O que o estudo das múltiplas citações que faz da *Ética a Nicómaco* nos permite afirmar é que ele a conhecia directamente, e não através de outros autores⁹¹. A via é que poderá ter sido a tradução de Gui-

⁹⁰ E.g. Elías Tejada, *Las doctrinas políticas en Portugal*, p. 143, nota 67.

⁹¹ O facto foi já reconhecido por Joaquim de Carvalho, «Cultura Filosófica», p. 599. Depois de um confronto exaustivo entre as citações da *Ética* no *De regimine*

Iherme de Moerbecke (c. 1260), possivelmente na edição comentada por S. Tomás de Aquino, porquanto o vocábulo em questão aparece em ambos transliterado *epiichia*⁹². A ser assim, teríamos de supor

principum de Egídio Romano e as da *Virtuosa Benfeitoria*, chegámos à conclusão de que apenas uma, tirada do Livro I, é comum a ambos (respectivamente, 1.1.8, p. 15v da edição de Roma, 1556, e VB 57), mas está formulada em termos tais que levam a supô-las independentes uma da outra.

⁹² A chamada *translatio vetus* (de Guilherme de Moerbecke) e os comentários foram reeditados por R. M. Spiazzi, *S. Thomae Aquinatis in decem libros Ethicorum Aristotelis ad Nichomachum Expositio* (Taurini-Romae 1949). Daí transcrevemos a versão latina dos dois textos citados acima em grego:

De epiichia vero, et epiiche qualiter habet, proximum est dicere. Epiichia quidem ad iustitiam, epiiches autem ad iustum.

.... Cum igitur dicat lex universaliter, accidit autem in hoc praeter ea, quae universaliter, tunc recte habet ubi reliquit legis positior, et peccavit simpliciter dicens, dirigere quod deficit. Quod et legis positior sic utique diceret illic praesens. Et si sciret, lege posuisset.

[Agradecemos as fotocópias desta edição, existente na biblioteca da Faculdade de Filosofia de Braga, à amabilidade do Rev. Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva.]

Nos *Divi Thomae Aquinatis Doctoris Angelici Opera Omnia* (Antuerpiae, 1512), existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, figuram, além da *antiqua translatio* e dos comentários de S. Tomás, a *Ioannis Argyropoli translatio*, a qual substitui sempre *epieikeia* e *epieikes* por *aequitas* e *aequum*.

Outra hipótese a considerar seria a da mediação do *Memorial das Virtudes*, do qual D. Duarte escreveu «que das Heticas d'Aristotilles me ordenou o adayam de Sanctiago» (LC 207). Ora D. Alfonso de Cartagena, depois bispo de Burgos, esteve em Portugal entre 1421 e 1423, e compôs então a obra, a instâncias do herdeiro do trono, a quem a dedicou. Traduzido em castelhano no tempo dos Reis Católicos, o *Memoriale Virtutum* conserva-se inédito no Ms. 9178 da Biblioteca Nacional de Madrid, como informa Luciano Serrano, *Los Conversos Don Pablo de Santa Maria y D. Alfonso de Cartagena* (Madrid, 1942), pp. 241-242. Conseguimos, porém, graças aos bons ofícios do Dr. Dinis Canelas Castro Duarte, um microfilme do referido manuscrito, cuja leitura nos permitiu chegar à conclusão de que, embora a cronologia autorizasse a suposição, não foi esta a fonte do Infante D. Pedro. Efectivamente, a palavra grega aparece sempre grafada *epiqueya* (foi. 19, 19v, 20) e o passo transcrito no texto afasta-se muito mais do original:

Set intervenit hic epiqueya Nam ubi lex humana deficit ille qui est epiques, id est, habens istam virtutem secundum rationem naturalem dirigit iustum legale et supplet ubi lex deficit illud exequendo quod bonus legis lator conderet si scivisset.

Entre a acção difusora da cultura clássica exercida por D. Pedro e a de D. Alfonso de Cartagena nos respectivos países (que têm sido várias vezes comparadas) terá havido, portanto, paralelismo e não convergência. Lembre-se que ambos traduziram, independentemente um do outro, como provou Joseph M. Piei (*Livro dos Offícios*, pp. XII-XVII) o *De Officiis* de Cícero.

que a cópia do conhecimento do Infante mantinha a grafia com *k*, pois só esta letra poderá ter dado origem ao erro dos códices, como vamos ver.

Efectivamente, para além da contracção dos dois *li*, que é simples de explicar, procedeu-se à substituição do grafema *k* pelos grafemas *Ir*, fenómeno que pode ocorrer com facilidade no gótico do séc. XV, onde apenas se distingue *k* de *Ir* se a haste daquele se limitar a um traço vertical. Acresce que a letra era inusitada em português, o que facilmente levaria à confusão. Com efeito, em todo o tratado, ela apenas aparece uma vez, na palavra *kalendayro* (VB 318). O copista do Ms. de Viseu grafou a líquida da maneira acima referida na primeira ocorrência, mas não nas outras. O do Ms. de Madrid escreveu um *k* semelhante ao de *kalendayro* (foi. 132), no foi. 138, nas três primeiras ocorrências, mas *Ir* no mesmo foi. (quarta ocorrência) e no foi. 139. Não pudemos utilizar o Ms. de Oxford para este efeito, pois lhe falta a parte final.

O facto nada surpreende, se o compararmos com o que se verifica com outros helenismos directos usados, quer pelo Duque de Coimbra, quer pelo seu régio irmão, e que nem sempre aparecem bem transliterados. Assim temos, no *Livro dos Ofícios*:

«A esto chamam os gregos cathóthoma, que quer dizer officio comuü...» (p. 11)

«E em este logar perteece de sse fallar daquello que em latim se chama «decorum» e em grego «prepom». E em esta linguagem lhe podemos dizer «fremosura das obras», (p. 57)⁹³

«Dôbrez he a força do spirito e da natureza: hũa he posta no apetito, ao qual em grego chamam «hormé», que traz o homem de ca pera llá.» (p. 61)

«Dos gregos achamos que Sorettes foy de doce e graciosa e festival pallavra, e que teve vantagem em toda maneira de ditar fingido, a que os gregos chamam «yronya». (p. 65)

«Em esta ciência se contém aquella a que os gregos chamavam «eutaxia», a qual nom he aquella a que nos chamamos modestia, na qual palavra se entende o modo que em cadahua cousa se deve teer, mas aquella eutaxia na qual se entende a guarda da ordenança.» (pp. 83-84)

«E o tempo perteece pera cadahua obra se chama em grego «euchenci», e em ladinho boo aazo.» (p. 84)

«A pryncipal de todallas virtudes he aquella a que os gregos chamam «sophia»; que a prudência aa qual os gregos chamam «fronesim», nos entendemos que he outra...» (p. 90)

«A outra he de rrefrear os movimentos do coração, a que os gregos chamam «patos», e de fazerem obedientes aa rrazom os apetitos a que elles chamam «hormes». (pp. 103-104)

⁹³ É um dos plágios de Zurara descobertos por Joaquim de Carvalho («Zurara», p. 37, nota 1), que demonstrou que o cronista não entendeu o texto.

Referimos estes exemplos todos para se ver que, na maior parte deles, a transliteração é correcta, apenas com a concessão ortográfica de escrever *m* final por *n* (*prepom*, de *πρεπον*, e *frone sim*, de *φρόνησιν* — onde ficou indevidamente a desinência de acusativo do original latino), *y* por *i* resultante do itacismo (*yronya*, de *ειρωνεία*), *t* por *th* (*patos*, de *πάθος*).

O único erro maior é o da p. 84, onde Piei teve de emendar o inexistente *Euchenci* para o exacto *eucairia* (de *ευκαίρια*).

Esta correcção habitual na transmissão dos helenismos forma um contraste flagrante com o que se passa, no mesmo manuscrito, relativamente aos nomes próprios, mesmo os mais conhecidos. Assim, e só para dar alguns exemplos, Sófocles aparece duas vezes, na p. 84 e na p. 85, com o nome de *Sophedem*; Euripides com o de *Eurupedes* (p. 201); Temístocles como *Themostides*, *Temostede* ou *Temostides* (pp. 45, 46, 65, 102, 171). É bem sabido de todos os editores que os termos mais passíveis de erro de transcrição são os nomes próprios, pela sua estranheza, mas certamente não é este o caso dos três exemplos mencionados. As faltas do *Livro dos Ofícios*, corrigiu-as J. M. Piei de maneira exemplar⁹⁴. Quanto à *Virtuosa Benfeitoria*, já se propuseram emendas, como a de *deantes* para *Cleantes*, de *Áristotílles e orílio* para *Ariston e Grilo*, de *st il e bom philosopho* para *Estílpom philosopho*⁹⁵. Muitas mais certamente haverá a introduzir, se um dia se fizer a edição crítica e comentada que tão necessária é.

Para já, e com os limites que essa e outras faltas nos impõem, poderemos concluir que, das quatro áreas lexicais que definimos, se

⁹⁴ Outro tanto havia já feito na sua edição do *Leal Conselheiro*, relativamente aos helenismos de D. Duarte: *atheos* por *theos* (207); *eubolia* (de *εὐβουλία*, com redução do ditongo) aparece grafado assim duas vezes, na p. 235, ou como *embolja* na p. 253, mas na p. 236 o Ms. tem *euuollia*; também *gnomi* (do gr. *γνώμη*, com itacismo) está escrito *gomy* na p. 236, *gnomy* na p. 253 e *guomj* na p. 237. Muito repetido é o abstracto *acidia* (gr. *ακηδία*), que na p. 265 era *acudia*, nas pp. 267, 268, 269 *aucidia* (pronúncia vocalizada que J. M. Piei supõe dever ser a da época — p. 265, nota 4) e na p. 275 *accidia*. (Sobre a possibilidade de a palavra estar no étimo do vocábulo português *azia*, vide J. M. Piei, *Miscelânea de Etimologia Portuguesa e Galega* (Primeira Série), [Coimbra, 1954], pp. 59-62). D. Duarte parece não ter consciência da verdadeira origem dos helenismos que emprega, porquanto na p. 253 escreve: «e esta se chama em latym embolja».

⁹⁵ A primeira é de A. Costa Ramalho, com base no Ms. de Oxford (vide supra, nota 3). Sobre a segunda, vide supra, nota 2. A terceira é de R. Ricard, *Études*, p. 130, nota 2.

apuraram os seguintes resultados: no campo teológico-eclésiástico, em trinta e três palavras de origem grega, umas vindas através do latim (num caso, do provençal), outras já formadas dentro da língua, seis registam-se pela primeira vez na *Virtuosa Benfeitoria*; no político, de sete lexemas, três são primeiras ocorrências; no filosófico-científico, em dezanove vocábulos, sete surgem pela primeira vez: no literário, de treze termos, oito são primeiros exemplos.

Outros helenismos, não pertencentes a nenhuma destas áreas, cadeyra (lat. *cathedra* < gr. *καθέδρα*), musica (lat. *musica* < gr. *μουσική*) e thesouro (lat. *thesaurus* < gr. *θησαυρός*), todos entrados cedo no léxico latino (o primeiro desde Horácio, o segundo desde Cícero, o terceiro desde Plauto, com diversas abonações), empregados, respectivamente em VB 147; 29; 30, 38, 126, 288, 289, não são novidade. Efectivamente, *cadeira* aparece num documento em latim bárbaro, do séc. X, segundo JPM; *música* era conhecido desde OE 31 (e JPM encontra-a já na versão galega da *General Estoria*); *tesouro* é do testamento de D. Afonso II. E, finalmente, temos a *epieikeia* aristotélica, de que tratámos em separado.

Por conseguinte, atingimos um total de mais de sete dezenas de palavras de origem grega repartidas por vários campos do saber, todas de carácter erudito, embora uma só tenha vindo directamente do grego. No estado actual dos nossos conhecimentos, um terço faz a sua entrada na língua através do tratado do Infante D. Pedro. Se outras razões não houvesse — e o estudo da estrutura da frase, com seu pendor marcadamente aforístico, e do uso da metáfora seriam outras — estas seriam suficientes para assegurar ao *Livro da Virtuosa Benfeitoria* um lugar de relevo na história da língua portuguesa, para além daquele que já há muito detém na história da prosa e na do pensamento político e moral.

Maria Helena da Rocha Pereira

Universidade de Coimbra

INDICE DE PALAVRAS

- accidia, acudia, auclia* 354, η. 94
aequitas vide *equytas*
aequum 352, η. 92
 afeyçom humildosa 319
ἀκηδία 354, η. 94
 alegria 319
 alegria sobre auondante e stremada 319
A Ima, Da 334
 angeo, anio 321 e 324, n. 22
Apocalipse, Epocalipse, Epocalisse 323
 e n. 20, 324, n. 22
 apostolico, apostoligo 321, 322 en. 18,
 324, n. 22
 apostolo 322 e 324, n. 22
 arcebispo 321
atheos 354, n. 94
 azia 354, n. 94

 baptismo, boutissmo 322 e 324, n. 22
 barbaro, barboro 325
 bem 320, n. 14
bene 320, n. 14
 benefício 320, n. 14
 benefiçencia 320 en. 14
 benffeytoria 320 en. 14
benivolentia 320
 benquerença 320
Biblia vide *Brivia*
 bispado 322 e 324, n. 22
 bispo 321
 boutissmo vide baptismo
Brivia, Blivia 323 e n. 19, 324, n. 22

 cadeyra 355
 calendário vide kalendayro
 canonico (direito) 322 e 324, n. 22
 canonigo 324, n. 22
 cantiga 342
 canto 342
 caonigo 321
 caronica vide crónica
cathóρθoma 353
Cely et mundi 334
 christaão, chrisptaão, crischão 322 e
 324, n. 22

 christyndade, cristindade, chrisptan-
 dade 322 e 324, n. 22
 circonspecto 319, n. 12
 comédia 350, n. 89
 compor 349 e n. 87
 crónica, cronyca 337-338

decorum 353
 desgouernança 328
 desgouernar 328
Deuteronomio 323, n. 21, e 324, n. 22;
 vide *Uteronomio*
 dialogo, dialago 338 e n. 55
 dictador 348
dictamen 348 e n. 84
 dictandi, ars 348 e η. 84
 dictar 348-349
dictare 348 e η. 84
dictator 348 e n. 84
didascalicom, liuro 338
 ditador vide dictador
 ditar vide dictar

Eclesiastes 323 e 324, n. 22
Eclesiástico 323 e 324, n. 22
 egreia, eigreija 322 e 324, n. 22
εἰρῳνεια 354
eloquentia 344
επεικεια 351, 355
 epiiches, epiiches 352, n. 92
epiikeia, epiichia, epiqueya 351-353 e
 n. 42, 355
epilreya vide *epiikeia*
Epistolia 323 e 324, n. 22
Epocalipse, Epocalisse, vide *Apoca-
 lipse*
equytas 351, 352, n. 92
 escolar vide scollar
 escolástico vide scolastico
 escrever vide screuer
 esferico vide sferico
 esmola vide smolla
 espera 337, n. 53
 estoria, estorya 338

HELENISMOS NO «LIVRO DA VIRTUOSA BENFEITORIA»

357

- estoriador, storiador 338, 348
Ética 334
Euangelho 323 e 324, n. 22
eubolia 354, n. 94
εὐβολία 354, n. 94
euchenci vide *eucairia*
eucairia 353, 354
ευκαίρια 354
 Euripides vide Eurupedes
 Eurupedes 354
eutaxia 353
 Evangelho vide Euangelho
Exaameron vide *Exameron*
Exameron, liuro 338
Exodo, *Exsodo*, *Eysodo* 323 e 324, n. 22
exultaciones 319
- facere* 320, n. 14
 fantasia vide fantesia
 fantástico 336 e n. 51
 fantesia 336 e n. 51
 fazer 320, n. 14
 fegura 343 e n. 70, 346
 figura vide fegura
 filosofal vide philosophal
 filosofia vide philosophia
 filosofo vide philosopho
 fingimento 349
 fisica vide phisica
 fisico vide phisico
Fisicos vide *Phisicos*
 fronesim 353, 354
- geeradores 320, n. 13
Génesis vide *Genesy*
Genesy 323 e 324, n. 22
gnomi, *gnomy*, *guomj* 354, n. 94
γνώμη 354, n. 94
 governador 328-329
 governança 327-328 e n. 28
 governar 325-327 e nn. 25, 26
 governo, governo 327
- Hexameron* vide *Exameron*
 hierarquia vide iherarchia
 hipócrita vide ypocrita
 história vide estoria
 historiador vide estoriador
hormé 353 (bis)
- ídolo vide ydolo
 iherarchia 322 e 324, n. 22
iocunditates 319
 ironia vide yronya
- kalendayro 353
- lediçes 319
letiçie 319
 letras 342
 logiado 334, n. 44
 logica, losica, lisica 334 e n. 44
 logical 334, n. 44
 logico 334, n. 44
- mecânico 336
 Metafísica, Methafísica 334 e n. 43
 metro 350
 monge 322 e 324, n. 22, 350
moralis 320, n. 14
moralis benefiçencia 320, n. 14
 Musas 342
 musica 355
- obsecrações* 320 en. 15
observantia vide *ouseruançia*
ouseruançia 319
- padres 320, n. 13
 parayso 322 e 324, n. 22
 parentes 320, n. 13
 pathos, patos 353, 354
πάθος 354
 patriarca, patriarcha 322 e 324, n. 22
 pausa 339-340 e nn. 57, 58, 59, 61
 philosophal 333 e n. 39, 334
 philosophia 333-334 e n. 41
 philosopho 333
 phisica 334, 335 e n. 50
 phisico 335 e n. 49
Phisicos 334
 piedosa reuerença 319 e n. 13
pietas 319
 planeta, preneta 336
 poderio 328, n. 28
poema 341, 344
 poema 344
 poesia 341-349, 350
poesis 344 e 345, n. 75

358

BIBLOS

- poeta* 345, η. 75
 poeta 340-341 e η. 63, 342
 poetar 341
 poético 341
ποίησις 341
 polícia vide poliçia
Políçia (= *Política*) 329-330 e nn. 31, 32
 poliçia, polecia 329-331 e nn. 31, 33
 política 331 e n. 34
 político 331-332
Polycraticiis 338
Poly cr atom 338
 pratica 337 e n. 54
 praticar 337 e n. 54
 pratico, platico 337 e n. 54
Predicamentos 334
prepom 353, 354
πρέπον 354
 profecia vide propheçia
 profeta vide propheta
 prologo, prolego 349-350
φρόνησιν 353, 354
 propheta, profeta 324 e η. 22
 proffecia 324 e η. 22
 prosa 341, 342, 350
 Salmo vide Salmo
- religio* 319
 rectorica, reytorica, rreytorica 350 e
 n. 88
 regimento 328, n. 28
 retórica vide rectorica
 regedor 351
 retorico 350
 rima, ritma 342
- Salmo, psalmo 323 e 324, n. 22
Salteiro 323 e 324, n. 22
 scolastico 323 e 324, n. 22
 scollar 335
 screuer 349
 senhor 320, n. 13
 senhora 320, n. 13
 senhorio 328, n. 28
 sferico, sperito, esferico 336-337
 smolla, esmolna 324 e n. 22
 sofisma 335 e n. 48
- sofismar 335 e n. 48
 sofista 335 e n. 46
 sofistaria 335, n. 46
 sofisticico 335 e n. 47
sophia 353
 Sopedem 354
 sophistico 335
 Sophocles vide Sopedem
 sperito 336
 storiador vide estoriador
 subieçom santa e religiosa 319
 subpricações 320 en. 15
- teologal vide théologal
 teologia vide theolisia
 teólogo vide theologo
 tesouro vide thesouro
 Themistocles vide Themostides
 Themostides, Temostides, Temostede
 354
 theolisia, teolisia, teoligia, theolisyia,
 theolesia, theolesya 323 e 324, n. 22
 théologal, theolegal 323 e 324, n. 22
 theologo, theolego 323 e 324, n. 22
theos 354, n. 94
 thesouro 355
 tirania 333
 tiranno, tyranno, tyrano 332-333
 tragédia, tragidia 350 e n. 89
 triaga 336
 trova 342
 trovar 347
- uirtuosa 320, η. 14
Uirtuosa Benffeytura 320, η. 14
Uteronomio, Uteronomyo, Utronomyo,
Utronomio 323
- verso 341, 342
 virtuosa vide uirtuosa
Virtuosa Benfeitoria vide *Uirtuosa*
Benffeytura
- ydolo 324 e n. 22
 ypocrita 324 e n. 22
 yronya 353, 354
- zodiaco 337

